



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

LARISSA SOUZA LIRA

**DIÁRIO DE BITITA: UMA NARRATIVA INTERSECCIONAL SOBRE A HISTÓRIA
DO BRASIL**

Brasília
2023

LARISSA SOUZA LIRA

**DIÁRIO DE BITITA: UMA NARRATIVA INTERSECCIONAL SOBRE A HISTÓRIA
DO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciada em História.

Orientadora: Prof. Dra. Cristiane de Assis Portela

Banca Examinadora: Prof. Dra, Mariléa de Almeida e Prof. Dra. Susane Oliveira (HIS UnB)

Brasília
2023



**FUTURO
É AGORA**

Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História

Ata de Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso

2022.2

No dia 17 de fevereiro de 2023, às 11h00, a Banca Examinadora que assina a presente Ata examinou o trabalho do(a) aluno(a) **Larissa Souza Lira**, matrícula **16/0130891**, que defendeu o TCC intitulado *Diário de Bitita: uma narrativa interseccional sobre a história do Brasil*. Exposto o trabalho, realizadas as arguições e avaliadas as respectivas respostas, a Banca decidiu pela:

(X) aprovação com menção: SS.

() reprovação com menção: _____.

Solicita-se o lançamento da menção obtida e o arquivamento desta.

Brasília, 17 de fevereiro de 2023.

Profª Dra. Cristiane de Assis Portela, UnB
(Orientador/a)

Profª Dra. Susane Rodrigues de Oliveira, UnB
(Examinadora)

DocuSigned by:
MARILEA DE ALMEIDA
0D321E850701450...

Profª Dra. Mariléa de Almeida, UnB
(Examinador)

O(a) aluno(a) deverá enviar para o e-mail: his@unb.br o TCC e o **FORMULÁRIO TERMO DE AUTORIZAÇÃO, em formato PDF**, para serem encaminhados à BCE.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é uma recompensa satisfatória de dedicação, empenho, persistência e amor que atravessaram meu caminho durante os anos em que pude coabitar o espaço da Universidade Pública. Antes de tudo devo agradecer pessoas importantes que estiveram ao lado quando o ensino superior ainda era um sonho distante, sendo assim, aos meus queridos e amados irmãos Jorge da Silva Lira, Lígia Souza Lira, Luciano Sousa Lira e Paulo Roberto Souza Lira, minha eterna gratidão por conselhos e apoio nas horas boas e ruins durante essa jornada. A minha mãe, Maria de Jesus Souza por ser meu maior suporte e exemplo de generosidade, zelo e domínio sobre a própria vida. Aos meus amigos que se tornaram irmãos, Jaqueline Gomes, Cosme Alves e Hanna Mery que me ampararam durante momentos tortuosos do processo universitário.

Por fim agradeço a grandes mulheres que cruzaram meu caminho no interior da Universidade, professoras e amigas que fiz e que em conversas e aulas que guiaram a luta coletiva feminista. Agradeço imensamente à minha orientadora Cristiane de Assis Portela por aceitar a empreitada que foi este trabalho, pelas dicas literárias e diálogos construtivos. E nada mais justo do que deixar aqui minha gratidão a Carolina Maria de Jesus, que me trouxe inspirações acerca da essência do que é contar nossas próprias histórias.

Dedico essa monografia à minha melhor amiga, minha mãe Maria de Jesus Souza, que assim como Carolina é mulher preta e mãe solo que luta diariamente contra a pequenez da vida e o espaço subalterno que a sociedade quer deixar para mulheres de cor. Que enxerga no estudo a oportunidade dos seus filhos ganharem o mundo, entrando pela sala de visita e não pelo quintal, assim como Carolina evidenciou em seu Diário de Bitita.

RESUMO

Essa monografia tem como objetivo analisar a obra literária *Diário de Bitita* da poetisa e escritora brasileira Carolina Maria de Jesus. O intuito é apresentar o livro como possibilidade de construir narrativas interseccionais sobre a história do Brasil. A história de vida de Carolina, retratada em seu livro, é representação de boa parte da vida de brasileiras negras e pobres advindas do interior e da periferia brasileira. Deste modo, *Diário de Bitita* é por nós tomada como fonte documental que permite um reconhecimento da sociedade brasileira do século XX, adentrando os dispositivos de violência e repressão, atravessados pela linguagem e que envolvem as clivagens de classe, raça, gênero, sexualidade, lugares de origem, ocupação profissional etc. Elementos estes, que transitam no cotidiano de mulheres negras em busca de melhores condições de vida. Desta forma, utilizando de seus escritos, o trabalho traz luz às ideias e memórias de Carolina Maria de Jesus para compreender como se estigmatiza a identidade da mulher negra dentro das estruturas de opressão do Brasil. Por fim, apresentamos uma proposição didática que pode auxiliar docentes de História da educação básica a trabalhar os sentidos de representação de si e do outro, por meio da literatura de mulheres negras.

Palavras-chave: *Diário de Bitita*, Carolina Maria de Jesus, Interseccionalidade, educação básica.

ABSTRACT

This monograph aims to analyze the literary work *Diário de Bitita* by the Brazilian poet and writer Carolina Maria de Jesus. The aim is to present the book as a possibility to build intersectional narratives about the history of Brazil. Carolina's life story, portrayed in her book, represents a good part of the lives of black and poor Brazilian women from the interior and periphery of Brazil. In this way, *Diário de Bitita*, taken by us as a documental source that allows a recognition of the Brazilian society of the 20th century, entering the devices of violence and repression, crossed by the language and that involve the cleavages of class, race, gender, sexuality, places of origin, occupation, etc. These elements, which transit in the daily life of black women in search of better living conditions. In this way, using her writings, the work brings light to the ideas and memories of Carolina Maria de Jesus to understand how the identity of the black woman is stigmatized within the structures of oppression in Brazil. Finally, we present a didactic proposal that can help basic education teachers to work on the meanings of representation of themselves and the other, through the literature of black women.

Keywords: *Diary of Bitita*, Carolina Maria de Jesus, intersectionality, education.

SUMÁRIO

Introdução: O meu encontro com Bitita	07
Capítulo 1. Pensamento interseccional como categoria analítica e outra abordagem historiográfica para interpretar o cotidiano brasileiro	11
1.1. Interseccionalidade e políticas emancipatórias	11
1.2. Interseccionalidade na produção intelectual brasileira.....	13
1.3. Análise historiográfica a partir do Diário de Bitita.....	17
Capítulo 2. Mapeamento dos conjuntos interseccionais em Diário de Bitita	20
2.1. <i>"É por isso que eu digo que os fornecedores de habitantes para as favelas são os ricos e os fazendeiros"</i> : Gênero, Raça, Classe e mundos de trabalho	21
2.2. <i>"Mas se a cozinheira tinha filha, pobre negrinha!"</i> : Relações de raça, gênero e violência sexual.....	26
2.3 <i>"Quem será o Deus que é nosso pai. Que vontade eu tinha de ver Deus e pedir-lhe para consertar o mundo"</i> : Raça, classe e fé nos enfrentamentos à desigualdade brasileira.....	29
2.4.: <i>"Quando percebi que nem são Benedito, nem o arco-íris, nem as cruces não faziam eu virar homem, fui me resignando e conformando: eu deveria ser sempre mulher"</i> : raça, classe, gênero e lugares intergeracionais.....	32
2.5. Linguagem marginalizada ou pretoguês? A escrita de Carolina como lugar de opressão e altivez.....	34
Capítulo 3. Diário de Bitita na construção de uma narrativa para o ensino de História do Brasil	39
3.1. Proposição Didática- Diário de Bitita: uma narrativa sobre o Brasil.....	40
Considerações	Finais
.....	48
Referências Bibliográficas	50

Introdução: O MEU ENCONTRO COM BITITA

Quando comecei a analisar qual proposta levaria adiante para escrita do meu TCC, cheguei à conclusão de que preferia trabalhar algo relacionado à História das Mulheres com enfoque no Brasil. No decorrer da minha graduação, cursei disciplinas em que pude ter contato com questões que envolviam a temática das mulheres na história, reconhecendo como opressões cruzadas tornaram-se engrenagem para o reforço das desigualdades historicamente presentes na dinâmica das relações sociais.

Foi nesse meu trajeto acadêmico, sempre atento à história e memória de mulheres negras, que tive contato com a primeira obra de Carolina Maria de Jesus (1914-1977), intitulada *Quarto de Despejo-Diário de uma favelada*. Ao ler aquele livro que trazia a escrita original dos seus diários, percebi por meio das narrativas do seu cotidiano, uma análise em que observava criticamente a sociedade que se encontrava inserida, ao passo que as questões apontadas por ela em seu livro, foram capazes de fazer Carolina arquitetar modificações sociais no universo que estava incluída. A princípio, com esse livro em mãos, a perspectiva inicial era dissertar sobre a representatividade negra na literatura brasileira. Contudo, como não tinha ainda familiaridade com os livros publicados de Carolina M. de Jesus, assim, a minha orientadora me apresentou algumas obras e dentre elas, escolhemos, o *Diário de Bitita*, que acabou por se transformar na base da pesquisa aqui abordada. Ao explorar tal obra pude ter uma interação com a vida de uma Carolina que relembra a sua infância e as primeiras experiências com as clivagens sociais que construíram a sua identidade.

Diário de Bitita, é uma obra póstuma de Carolina Maria de Jesus que foi resultado de um conjunto de manuscritos concedidos a jornalistas franceses durante sua passagem pelo país em 1975, ano em que fazia a divulgação do seu mais conhecido livro, *Quarto de Despejo - Diário de uma favelada* (1960). Esses documentos, que ficaram sob a posse de jornalistas, foram transformados no ano de 1982 no livro *Journal de Bitita*, publicado primeiro na França. Bitita é uma referência ao apelido dado a Carolina durante a sua infância. Mais do que somente registros de "escritas de si", como é sua primeira obra, esta consiste em ensaios de tipo memorialístico, que guardam o estilo autobiográfico, mas em que as lembranças se confundem com a vida atual e com reflexões elaboradas a partir dessa lembrança. O fato da obra dar continuidade ao conceito "diário", pode ser vista como uma tentativa dos publicistas em tornar o livro tão conhecido quanto *Quarto de Despejo*. Foi somente anos mais tarde que a obra chegou ao Brasil, traduzido pela editora Nova Fronteira¹ no ano de 1986.

¹ JESUS, Carolina Maria de. *Diário de Bitita*-São Paulo, Ed. Nova Fronteira, 1986.

Aqui no Brasil a publicação obteve poucas tiragens, e praticamente, passou despercebido pela crítica especializada. É importante lembrar que, entre a publicação da obra de maior sucesso e o Diário de Bitita, Carolina investiu ainda esforços em duas publicações mais independentes: Pedacos de Fome e Provérbios, ambas em 1963 e consideradas obras que fracassaram comercialmente.

Mesmo levando o nome de Diário, podemos observar que, diferente do *Quarto de Despejo - Diário de uma favelada* (1960) e de *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada* (1961), os capítulos da obra não são datados no seu início, mas apresentam uma cronologia dos fatos registrados para que fiquem mais compreensíveis para os leitores. Vendo por este lado, podemos considerar que os escritos originais podem ter sido reconfigurados por Carolina ou até mesmo pela editora como forma de associá-los a outros trabalhos dela já publicados.

Diário de Bitita é composto por vinte e dois capítulos em forma de prosa que contam a infância, a juventude e parte da vida adulta de Carolina M. de Jesus durante sua estadia na cidade de Sacramento, interior de Minas Gerais. Cada capítulo possui a função de tratar sobre uma temática bem definida, onde a autora vai narrando suas experiências, sejam elas sozinhas ou ligadas à sua família, vizinhos e amigos próximos. Há capítulos como *Um pouco de História* e *A Revolução*, onde Carolina expõe um perfil social e de classe dos moradores de Sacramento, sua cidade natal, ao passo em que se posiciona no que tange ao legado da população negra no contexto histórico em que suas memórias recaem, transformando suas recordações em uma escrita de apontamentos sociais.

O que se sobressai no *Diário de Bitita* é a necessidade da escritora de falar por si mesma, desta forma ela se torna ativa e profundamente ativa, no que se refere ir contra os discursos hegemônicos. Deste modo, consideramos que o lugar literário memorialístico que Carolina Maria de Jesus representa, nos oferece outra visão de um Brasil pós-abolição, compondo narrativas que vão de encontro com verdades que pareciam já estabelecidas.

Arquivar suas memórias² por meio dos diários foi para Carolina uma forma de sair da condição de subalternidade que lhe era atribuída, tomando para si a tarefa de acionar outras memórias culturais e sociais dos grupos aos quais se sentia identificada. Podemos identificar esta estratégia textual como uma contra-narrativa histórica, acionando suas experiências de

² Artières, Philippe. "Arquivar a própria vida." *Revista Estudos Históricos* 11.21 (1998): 9-34.

vida e memórias de sua infância até a vida adulta para desconstruir discursos hegemônicos que naturalizam as formas de segregação social. Em *Diário de Bitita* a autora contribui tanto para o reconhecimento do cotidiano de famílias negras no interior do país (a exemplo de Sacramento-MG) quanto para marcar a sua própria identidade de mulher preta que fala por si mesma e que não aceita em silêncio os abusos e discriminações que a vida lhe impõe.

Ao deixar arquivos escritos sobre sua vida e sobre sua visão de um Brasil racista, machista e elitista que a impossibilita de ocupar espaços por causa de sua cor, da sua posição social e de seu gênero, Carolina Maria de Jesus viu no processo de escrita em diários o poder de vislumbrar outros espaços para si e suas indagações. Como Philippe Artières³ salienta em seu trabalho, as memórias colocadas no papel se tornam formas de resistência ou esquecimento, compondo narrativas que vão confrontar verdades dadas e nos proporcionam compreender os conflitos que dela resultam. O "arquivamento do eu" além de forma de resistência é também valoroso no que diz respeito às gerações futuras. No caso do diário de Carolina, ele possibilita a representação de tantas outras mulheres pretas, de comunidades rurais e periferias urbanas que vivem nas mesmas condições que a autora viveu. Ela legitima outros discursos saindo de uma padronização hegemônica e inscrevendo um olhar marcado que lemos como uma crítica interseccional, forjada no seu cotidiano.

Assim, buscando sair de um espaço de incertezas, Carolina procura por meio do arquivamento de suas memórias, um sentido para continuar com a escrita e interceptar as interdições que colocavam sobre ela no que se refere à sua forma de se posicionar. Dessa forma, escolher a forma de ensaios para reviver suas memórias e posicioná-las de forma linear em *Diário de Bitita*, foi um modo de recriar a si mesma e desenvolver para gerações futuras um legado de resistência⁴

Podemos observar o potencial interseccional de sua obra quando se constrói uma análise subsidiada pelo debate acerca dos diferentes fatores sociais que afetaram a vida desta mulher negra e de tantas outras mulheres como ela, que se recusaram à acomodação em um lugar marginalizado. À vista disso, *Diário de Bitita* não somente importunou a intelectualidade brasileira por meio de uma escrita considerada imperfeita do ponto de vista da linguagem, como também trouxe a excepcionalidade do estilo de caligrafia de Carolina, dado que, além de seus cadernos serem um espaço de denúncia, são também testemunhos do seus dias a partir de um lugar de fala único, e que traduz por isso um olhar privilegiado, ao

³ IDEM, (1998).

⁴ Daniel da Silva Moreira (UFJF). De *Bitita*, Diário. "Reconstruir-se em texto: práticas de arquivamento e resistência no Diário de Bitita, de Carolina Maria de Jesus".

trazer para o texto registros de si que se legitimam por serem reconhecidos como experiências coletivas, e não individuais.

Deste modo, nesta monografia buscamos acionamos duplamente a chave interseccional: como forma de reconhecer as escolhas feitas por Carolina, e como categoria metodológica da análise, experimentando como pesquisadora um olhar também interseccional sobre o discurso memorialístico que Carolina M. de Jesus desenvolve em *Diário de Bitita*, à medida que se reconhece outra narrativa em relação ao período histórico a qual ela se remete. A pesquisa se desdobra também na proposição de um instrumento-chave para se trabalhar a história negra no ensino de História na educação básica, revisitando as narrativas presentes em livros didáticos ao mesmo tempo em que propomos contra-narrativas, e estimulamos a reflexão identitária dos discentes, provocados pela literatura de mulheres negras.

Para que isso ocorra, esse trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro, intitulado “*Pensamento interseccional como categoria analítica e uma outra abordagem historiográfica para interpretar o cotidiano brasileiro*” traz um debate teórico sobre a categoria interseccionalidade, entendendo-a como forma de uma política emancipatória e participativa. No segundo capítulo, “*Mapeamento dos conjuntos interseccionais em Diário de Bitita*” fazemos um mapeamento do livro *Diário de Bitita* por meio de uma leitura interseccional, propondo um caminho alternativo para se compreender a história do Brasil, por meio do entrecruzamento de opressões presentes nas narrativas de Carolina. Associado ao anterior, o terceiro e último capítulo: “*Diário de Bitita na construção de uma narrativa para o ensino de História do Brasil*”, apresenta uma proposição didática para o ensino de História na escola como possibilidade de construir narrativas plurais para a história do Brasil nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Capítulo 1. PENSAMENTO INTERSECCIONAL COMO CATEGORIA ANALÍTICA E UMA OUTRA ABORDAGEM HISTORIOGRÁFICA PARA INTERPRETAR O COTIDIANO BRASILEIRO

1.1. Interseccionalidade e políticas emancipatórias

Crenshaw (2002), ao desenvolver uma teoria da interseccionalidade que pudesse ser aplicada no campo jurídico, conclui que há uma impraticabilidade de desassociação dos eixos de violência que acabam acometendo de forma mais intensa alguns segmentos da sociedade (como negros, pobres e mulheres) do que qualquer outro estrato social. Ao aprimorar o conceito de intersecção, a teórica explica que é preciso reconhecer que as opressões sociais não podem ser avaliadas separadamente, visto que as sobreposições de violências são determinantes para identificar a identidade de determinados grupos. Consequentemente, quando interseccionados, irão em menor ou maior grau aguçar as intolerâncias e formas de coação que impactam de forma singular parcelas da sociedade.

Esse conceito de interseccionalidades, elaborado por intelectuais negras nos anos de 1980 nos Estados Unidos, interrompeu com uma visão tradicionalista de discriminação que entendia que cada violência pode ser pensada em uma zona desassociada da outra. Assim, é o esforço por justiça social dentro de cada conjuntura específica que necessita, primeiramente, ser averiguado na ótica das interseções para posteriormente compreender como as dinâmicas de violência causadas pela interação entre dois ou mais eixos de opressão perpetuam hierarquias sociais. Deste modo, Kimberlé Crenshaw traz para o debate a noção de *discriminação composta*, isto é, a compreensão de que opressões sociais são frutos de combinações que perpassam clivagens de gênero, raça e classe. Crenshaw nos faz notar que a subordinação a qual se busca submeter mulheres racializadas é causada por mais de um problema social, e que é a dinâmica entre elas que interfere de modo mais agudo na vida de mulheres negras. Lembra também que quando a sociedade não é equipada e qualificada para compreender a interseccionalidade das discriminações, tornam-se ineficientes as políticas públicas que visam abolir a sujeição de mulheres negras. Entende-se assim, que a conceituação da discriminação composta demonstra que a interação entre estruturas como o racismo, o sexismo e o classismo, quando interseccionados, formam desigualdades profundas que geram opressões que vão compor situações de desvantagens entre mulheres negras e mulheres brancas, e discriminações no âmbito de toda a sociedade. Ao fazer uma leitura interseccional de Diário de Bitita, percebemos como os múltiplos eixos de poder estão citados

de forma indissociável na narrativa de Carolina. Através da relação interseccional entre eles, mulheres negras como a própria Carolina tiveram seus direitos violados, passando por um desempoderamento social.

Além de encontrar no Diário de Bitita a forma pela qual estes entrecruzamentos estão presentes nas escolhas da autora, acionamos aqui a categoria interseccionalidade como escolha metodológica, que orienta o meu olhar como pesquisadora. A análise de Crenshaw a respeito da interseccionalidade foi sendo examinado no decorrer dos anos por outras estudiosas que buscam compreender como a sociedade se conecta com essas formas de opressão.

Autoras como Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge⁵ se tornam nomes de destaque ao refletir como, no âmbito das experiências e subjetividades cotidianas, mulheres negras podem construir auto-representações. As autoras argumentam que a interseccionalidade é um fenômeno, e que a mesma deve ser investigada a partir do contexto social em que se insere. A vista disso, as intersecções são indispensáveis e fundamentais para anatomizar as desigualdades e deste modo, entender as relações de poder quando coligados. Ao passo que a interseccionalidade se torna uma inquietação dos arranjos identitários, Collins se aproxima do entendimento de Crenshaw ao analisar que mesmo quando existem diferenças entre mulheres negras, a raça e o gênero são eixos sociais que acabam conectando essas mulheres. Por consequência, a interseccionalidade entre esses dois espectros vão consumir violências que todas as mulheres negras um dia irão experimentar. Desta forma, as políticas públicas citadas por Kimberlé Crenshaw, são também para Patrícia Hill Collins significativas para o alcance de direitos. No entanto, se deve levar em conta que essa é uma das várias possibilidades metodológicas de se aplicar a interseccionalidade, posto que a mesma segundo Collins, não se encontra incorporada de fato com a justiça social ou com a democracia participativa. A interseccionalidade pode ser compreendida também fora da estrutura que relaciona as experiências de determinados sujeitos com a justiça social⁶.

Indo um pouco além, Collins e Bilge colocam que a interseccionalidade tem capacidade para transformações no âmbito dos movimentos sociais, visto que essa concepção interseccional age de dentro da ciência para fora, podendo fomentar e modificar a conjuntura histórica da sociedade. Ao sondar um pouco mais o conceito de interseccionalidade por meio dos estudos de Patricia Hill Collins e Sirma Bilge, identificamos que as teóricas colocam essa

⁵ Collins, Patricia Hill, e Sirma Bilge. *Interseccionalidade*. Boitempo Editorial, 2021.

⁶ Collins, Patrícia Hill, Carina Jéssica de Souza, e Elisa Duarte Nascimento. "A diferença que o poder faz: interseccionalidade e democracia participativa." *Sociologias Plurais* 8.1 (2022).

concepção no campo da investigação crítica. Isso se dá, segundo Collins, por conta das academicistas que estudam questões de gênero, raça e classe, à medida que o entendimento da conceitualização de interseccionalidade aproxima esses estudos da prática social. Pensando assim, a interseccionalidade se torna um instrumento analítico, no qual vai interseccionar práxis e investigação crítica⁷. Ao levar em conta essa investigação, Collins retrata que a interseccionalidade apresenta um regresso no que diz respeito às origens históricas, visto que ela tem capacidade de “representar um ponto de mudança nas linguagens utilizadas para compreensão de desigualdades,” (CONCEIÇÃO, 2018, p. 88).

No Brasil, a filósofa Helena Hirata (2014)⁸, vai solidificar as conceituações de Patricia Hill Collins e Kimberlé Crenshaw, ao explicar que a interseccionalidade dispõe de interesses no campo jurídico e político naquilo que vincula gênero, mercado de trabalho e raça nas pesquisas sociais, graças a importância de se examinar não só a diferença entre homens e mulheres, mas também entre mulheres negras e brancas e homens negros e brancos. Para Hirata, a questão teórica nessas pesquisas vai analisar esses eixos em prol do enriquecimento da luta política unitária, e desprender essa mesma luta de uma estrutura somente de gênero e raça para uma que combine o que ela chama de “geometria variável”, onde vai combinar outras categorias, como por exemplo, sexualidade e religião. Veremos mais sobre a interseccionalidade na ciência brasileira no próximo subcapítulo.

Ao trazer o debate acerca da interseccionalidade a partir dos conceitos e ideias ofertadas por Patricia Hill Collins, Sirma Bilge e Kimberlé Crenshaw, consideramos necessário reconhecer também as intelectuais que fizeram debates correspondentes ou alinhados no Brasil. Os dados da teoria crítica produzida pelas autoras citadas acima nos ajudou a compreender as desigualdades sociais, o contexto político e as injustiças sociais que são narradas por Carolina, ao passo que o marco interpretativo da interseccionalidade nos possibilita reconhecer as dinâmicas sociais e as multiplicidades dos sistemas de opressão do período coberto pelo *Diário de Bitita*.

1.2. Interseccionalidade na produção intelectual brasileira

Quando trazemos essa discussão acerca da interseccionalidade para o quadro brasileiro, observamos que esse debate se encontra permeado principalmente pelo racismo e

⁷ CONCEIÇÃO, Raquel Suely Cardoso Da. O Pensamento Feminista Negro: Contribuições De Patricia Hill Collins. 2018.

⁸ HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo social*, 2014, 26: 61-73.

sexismo. Podemos observar essa questão já em 1983, no artigo de Lélia Gonzalez, intitulado “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira”, em que a autora mineira vai destacar que quando o racismo é interseccionado com o sexismo dentro de uma "neurose cultural", ele acaba por impulsionar opressões que serão vivenciadas, em especial, por mulheres negras. Gonzalez também vai destacar que o racismo como ideologia contribui com a perpetuação do sistema de classes sociais no qual a sociedade brasileira divide os sujeitos, subordinando umas às outras⁹. Sendo assim, para a pensadora, o racismo tem grande relevância para a manutenção das estruturas classistas.

Podemos compreender melhor essa argumentação ao nos debruçar sob a investigação de Oracy Nogueira sobre o racismo brasileiro. Em “*Preconceito Racial de Marca e Preconceito Racial de Origem*”¹⁰, o sociólogo paulista vai pensar as relações sociais entre brancos e não brancos no país. Ao estudar o tema no Brasil, desenvolve um quadro comparativo entre EUA e Brasil para entender a complexidade das relações raciais, ao passo que observa que o racismo aqui se foca mais em questões estéticas e classistas. Avaliando por esse lado, percebemos que o racismo percebido e vivido por Carolina em sua obra, se alinha com a conceitualização do “preconceito de marca”, visto que se atribui a aparência racial como critério que define as nuances das discriminações no Brasil.

Partindo do cotidiano, em *Diário de Bitita*, Carolina traz a todo momento a compreensão desse espectro da relação entre classe e raça. Ao destrinchar sobre sua infância nos primeiros capítulos da obra, a autora consegue demonstrar uma inquietude em relação ao modo de vida que os negros levavam, sempre se perguntando o por que pessoas brancas e ricas detém mais poder do que as pessoas de cor. Diante de uma cidade pacata e tradicionalista como era Sacramento, no interior de Minas Gerais, Carolina salienta como em suas memórias de infância, a cidade se apresenta como um lugar hostil e violento para pessoas negras. Por conseguinte, detalhadamente, ela descreve fatos de racismo que presenciava e sentia na própria pele. Portanto, classe e raça são articulados nessa obra de Carolina quando, durante o decurso de sua vida de infância para adulta, a pequena Bitita atenta-se para a condição de vida que a espera. Uma mulher preta e sem estudos como ela se vê sendo

⁹ GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

¹⁰ Nogueira, Oracy. "Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil." *Tempo social* 19 (2007): 287-308.

explorada em trabalhos domésticos para sustentar a si e a sua mãe, assim como tantas outras mulheres que partilham de sua cor e posição social.

Ao correlacionar as sobreposições de classe e raça com a questão de gênero, compreendemos a pujança que essas discriminações possuem quando verificadas dentro das estruturas de desigualdades sociais que Carolina Maria de Jesus traz quando retrata sua vida de segregação racial e social, uma vez que recai sobre mulheres pretas e pobres os trabalhos de âmbito doméstico.

Mulheres negras assim como Carolina, são vistas como alheias a uma "feminilidade" atribuída a mulheres brancas a partir dos olhos de um país patriarcal como o Brasil. Diante desse aspecto, a presença de gênero é de suma importância para se tratar o tópico da interseccionalidade voltado à violência experimentada por mulheres negras. Nessa perspectiva, a mulher negra acaba sendo considerada de duas formas pela sociedade patriarcal. A primeira seria com um ser desprovido de gênero e que pode ser explorada como mão-de-obra barata, e a segunda, estaria ligada ao uso da mulher preta, agora já possuidora de gênero para conceber mais mão-de-obra acessível¹¹.

Lélia Gonzalez pode ser vista como precursora no que tange às relações de poder e sobreposições da violência no Brasil, estando alinhada, portanto, com o campo de debates que identificamos como interseccionalidades. Partindo de um contexto latino-americano, Gonzalez propõe que o percurso da mulher negra brasileira possui realidades diferentes por conta do espaço-tempo em que estão inseridas. Ao passo que defende a descolonização do poder de fala, e traz à luz histórias de mulheres negras, indígenas e caribenhas, transcreve um diálogo interseccional da realidade da mulher negra colonizada. Ao tratar das sobreposições de violências em termos brasileiro, Lélia Gonzalez ressalta que o país é marcado por um imaginário que nega o racismo brasileiro. Quando a rejeição ao entendimento de que a pauta racial é entrecruzada com a questão de gênero, a interseccionalidade permite reconhecer a barbárie que coloca a mulher negra brasileira restrita aos papéis sociais de doméstica e mãe. A mulher escravizada no país era destinada a serviços braçais no interior da Casa-Grande, e a mulher do cenário em que Carolina se incluía, juntamente com a mulher negra da atualidade, ainda se encontram na maioria das circunstâncias, obrigadas a ocupações de trabalho doméstico como cozinheiras, babás e em serviços de limpeza.

Carolina entendeu na prática como o arquipélago brasileiro do século XX, limitava sua vida à função contínua de trabalhadora doméstica, assim como observado por Gonzalez anos mais tarde. Em suas memórias descritas no *Diário*, Carolina constantemente frisa como

¹¹ Davis, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Boitempo Editorial, 2016.

as pessoas brancas tinham sempre acesso a uma boa educação escolar e por conseguinte a bons empregos. Em contraposição, os negros tinham poucas escolhas para trabalhos, e quando se tratava de mulheres, esses ofícios se tonavam mais limitados. Enfatiza também por diversas vezes, a falta de harmonia entre brancos e negros e como esses mesmo negros sofriam ameaças e agressões, tendo por muitas ocasiões que se esquivar dos ricos e brancos da cidade. Enquanto isso, mulheres negras eram constantemente perseguidas nas ruas de Sacramento. Deste modo, quando Lélia Gonzalez argumenta que o racismo não pode ser desassociado de parâmetros como sexismo, por exemplo, a intelectual mineira reforça que a relação entre dominador e dominado no padrão do racismo e sexismo, quando combinados, expõem um tipo de opressão sem precedentes, onde ataca mulheres negras ditando a relação que elas terão com a sociedade. Em *Diário de Bitita*, Carolina acusa essa vinculação opressora com os espaços sociais quando se depara com a esfera escolar. É na escola, somado ao seu convívio com sua tia branca, que Carolina se entende como mulher negra, e que seus traços e suas roupas somam aspectos que vão lhe mostrar que existe uma hierarquia social. Nota-se que os anos pós-abolição que Carolina vivenciou não se alteraram muito no que diz respeito ao racismo, ao machismo e ao elitismo no Brasil.

É dentro da complexidade da interseccionalidade brasileira que observa-se que o racismo num país como o Brasil acaba por duplicar a situação problemática do que é ser uma mulher negra brasileira, posto que é instrumento de dupla desigualdade arquitetada pelo sistema¹². Lélia Gonzalez destaca também que a dimensão racial atravessada pelo colonialismo, oprime mulheres negras em nome de um Estado patriarcalista. É por isso que a autora vai impor a importância de se pensar as intersecções entre aspectos de gênero, classe, raça e nacionalidade de forma voltada para a diversidade latina-americana, moldada por uma cultura composta pela miscigenação, que passaram por influências advindas do continente africano e que, não podem ser delimitados por teorias e práticas eurocêntricas.

Por fim, destacamos que as representações que Lélia Gonzalez enfatiza em suas obras sobre a temática da interseccionalidade, nos proporciona averiguar, dentro do contexto narrado em *Diário de Bitita* por Carolina M. de Jesus, que as estruturas da sociedade brasileira como aspectos de gênero e classe, se encontram pautados no racismo e, quando assimilamos esse debate político, podemos visualizar melhor os panoramas das hierarquias

¹² Guimarães-Silva, Pâmela. "Emancipação política por meio de práticas comunicativas alternativas: Lélia Gonzalez no Jornal "Mulherio"." *Dispositiva* 9.15 (2020): 194-214.

sociais que são anunciados na obra de Carolina. Há também a viabilidade de analisar a interseccionalidade de raça e gênero nos relatos colocados em *Diário de Bitita*, dado que Gonzalez, por meio de seus estudos demonstra que caso o eixo de raça no Brasil seja ignorado, a clivagem de gênero passaria a ser caracterizado somente por mulheres brancas, deixando assim mulheres negras marginalizadas no debate político. Dessa forma, como é colocado por Gonzalez, a tríade entre racismo, sexismo e classe, formam categorias marcantes para a "ideologia da dominação", conceito esse que ao fazer a leitura interseccional de *Diário de Bitita* no segundo capítulo, nos fará ver como as experiências vividas por Carolina foram permeadas por esse sustentáculo de poder.

Diário de Bitita obra póstuma de Carolina Maria de Jesus pode nos proporcionar reflexões acerca dos descasos sociais que a população negra e pobre brasileira perpassa e as desigualdades que por ele são desencadeadas. Usando da escrita como forma de denúncia em relação aos abusos sofridos em vida por ser mulher negra e favelada, Carolina coloca em sua obra como uma sociedade racista a introduziu na subalternidade por conta das intersecções que configurou sua vida. Sua cor, sua posição social e seu gênero foram fatores inflexíveis para a perpetuação da discriminação com sua pessoa na condição de mulher preta, despossuída de riqueza monetária e semianalfabeta.

O livro que pode ser considerado como memorialístico, foi combustível suficiente para Carolina despejar nos papéis as dores de sua vivência, buscando nos seus escritos espaços para si mesma e para denunciar as mazelas da desigualdade social que trazia consigo o desamparo para com os negros. Do mesmo modo que é também por meio de sua compilação de memórias que entendemos como funcionava o Brasil do século XX para a população negra onde o racismo foi se estruturando num país pós-abolição e como os conflitos entre classes se sustentam perante a exploração dessa parcela da sociedade. Além disso, o *Diário de Bitita* nos possibilita entender como as discriminações se inter cruzam como fatores que ajudam na subordinação de mulheres negras, ao passo que Carolina vai apresentando contra narrativas acerca do que era o Brasil pós-abolição.

1.3. Análise historiográfica a partir do Diário de Bitita

Carolina Maria de Jesus produz em seus manuscritos uma concepção de história, correspondente ao que na historiografia investigamos como história e memória. No caso dessa obra específica, a memória acionada por ela recebe o mérito de perceber as relações sociais

naquele passado que a própria autora vivenciou, e ao mesmo tempo avalia sua manifestação no interior do escopo social em que se encontra no presente.

O filósofo Paul Ricoeur (1913-2005), ao tratar sobre esses aspectos como lembranças e memórias, destaca que quando narrativas trabalham com a recordação, disponibilizam um meio educativo acerca do entendimento do mundo e do humano¹³. É à vista disso que *Diário de Bitita* pode ser lido como recurso do processo de edificação de uma narrativa racialmente posicionada no interior da literatura e história brasileira, no qual o uso da escrita memorialista composta por Carolina, oferta conhecimentos de um passado pouco explorado pela literatura branca. Seu livro possui, ainda, a capacidade de visibilizar na consciência coletiva, perspectivas da história de um grupo particular, trazendo suas lutas e infortúnios num período específico do Brasil. Deste modo, o que Carolina traz nos registros do seu diário pode ser percebido como contra-narrativas¹⁴, uma história contrária a um discurso hegemônico em que rejeita a normalização das facetas racistas fabricadas no passado colonialista.

Os cenários descritos por Carolina em *Diário de Bitita*, acabam por evocar uma visão de mundo em que traz à tona a história da população preta, pobre e interiorana de um Brasil que vivia suas primeiras décadas pós-abolição. O Brasil entre as décadas de 1920 a 1940, no quadro que envolvia pessoas negras, encarregava-se de lidar com as consequências de anos de escravização que resultaram em forte desigualdade social.

Ao projetar uma ideia de modernização e nacionalidade no país durante a década de 1930, percebe-se que os cidadãos negros, sua cultura e suas histórias eram distanciadas do restante dos sujeitos que compunham a sociedade brasileira em nome de um processo que buscava elitizar os municípios do interior de Minas Gerais. Por esse motivo, as relações raciais durante os anos que seguiram as experiências de vida que Carolina, expõe de forma crua a realidade das relações raciais, de gênero e de classe que compunham as décadas entre 1920-1940. As hierarquias sociais que constituíam a região de Sacramento/MG, acabaram por organizar a sociedade de forma que negros dispusessem de pouca mobilidade social, onde suas demandas frente ao Poder Público foram por numerosas vezes, reprimidas. É dentro dessa ordem social que Carolina Maria de Jesus vai descrever, por meio de suas lembranças, não só as barreiras sociais que perpassaram sua juventude, mas acaba também por retratar a vida de inúmeras mulheres negras que, como ela, sofreram tentativas de serem invisibilizadas.

¹³ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Unicamp, 2007.

¹⁴“... as narrativas identitárias (bio-sócio)gráficas são contra-narrativas, uma vez que nos seus actos de fala com a teoria desafiam silêncios (a)normais no estaleiro da ciência.” PARASKEVA, J. (2011). Prefácio: A narrativa como contra-narrativa. In: M.A. Moreira (org.), *Narrativas dialogadas na investigação, formação e supervisão de professores*. Mangualde: Pedago, p. 7-21.

Analisando essas questões, no próximo capítulo vamos examinar o discurso proferido por ela na obra, e por meio dele fazer uma leitura interseccionalizada de aspectos como gênero, raça, classe, trabalho e educação que a autora movimentou no livro. Os enfoques sociais relatados em *Diário de Bitita* serão observados evidenciando a sobreposição das várias repressões que Carolina atravessou durante sua juventude, permitindo traçar um itinerário reflexivo que propõe também uma outra forma de tratar a historiografia naquilo que se refere a décadas muito representativas da história do Brasil, em especial, no que se refere ao contexto de pós-abolição e ao período Vargas, mas sobretudo, aos fenômenos cotidianos envolvidos nos processos de urbanização e movimentos de migração do campo para a cidade.

CAPÍTULO 2. MAPEAMENTO DOS CONJUNTOS INTERSECCIONAIS EM DIÁRIO DE BITITA

Diário de Bitita será lido e explorado neste capítulo no campo da interseccionalidade, de forma que foi realizado um mapeamento das clivagens sociais apontadas direta ou indiretamente por Carolina em todos os seus vinte e dois capítulos. A esquematização de uma estrutura de mapeamento, teve como objetivo observar quais capítulos se dialogam dentro de uma proposta que se preocupa em compreender as relações de opressões presentes em sua narrativa. Ressaltando proposições da conceitualização da teoria da interseccionalidade, vamos enxergar nos próximos tópicos deste capítulo a situação social dos habitantes da pequena Sacramento, ao mesmo tempo que articula questões de raça, classe, gênero e trabalho para questionar a hierarquia de poder pautadas no discurso de Carolina.

Para melhor compreensão da leitura dos conjuntos interseccionais feitos nos próximos tópicos, segue breve apresentação dos vinte e dois capítulos de Diário de Bitita.

- Introdução: biografia de Carolina Maria de Jesus e seus familiares, situando a região onde nasceu;
- Capítulo 01- *Infância*: é relatado a forma como Bitita se interessa por fazer questionamento sobre o mundo em que vive;
- Capítulo 02- *As madrinhas*: relação de apadrinhamento;
- Capítulo 03 - *As festas*: relação dos negros e brancos com o divino;
- Capítulo 04- *Ser pobre*: vínculo dos negros com o trabalho;
- Capítulo 05- *Um pouco de história*: experiência histórica negra com o Brasil do pós-abolição;
- Capítulo 06- *Os negros*: dinâmica entre negros e brancos na cidade;
- Capítulo 07- *A família*: diferenciação social entre homens e mulheres;
- Capítulo 08- *A cidade*: configuração de um Brasil rural pós- colonial;
- Capítulo 09- *Meu Genro*: racismo estrutural;
- Capítulo 10- *Meu avô*: dinâmica dos sujeitos racializados;
- Capítulo 11- *A escola*: acesso de crianças negras à escola;
- Capítulo 12- *A fazenda*: o sistema de colonato;
- Capítulo 13- *Retorno à cidade*: o mundo do trabalho entre a cidade e o campo;
- Capítulo 14- *Doméstica*: vínculo entre mulheres negras e o cuidado com o lar;
- Capítulo 15- *A doença*: Carolina e a vida itinerante;
- Capítulo 16- *A Revolução*: a relação entre o campo e a Era Vargas

- Capítulo 17- *As leis da hospitalidade*: vivências de Carolina com a “normalidade” das coisas;
- Capítulo 18- *A cultura*: Carolina e sua característica questionadora;
- Capítulo 19- *O cofre*: permanência do trabalho análogo à escravidão;
- Capítulo 20- *Medium*: alcance de legislação social no campo;
- Capítulo 21- *A patroa*: volta ao trabalho no campo;
- Capítulo 22- *Ser cozinheira*: permanência do quadro social.

2.1 "É por isso que eu digo que os fornecedores de habitantes para as favelas são os ricos e os fazendeiros": Gênero, Raça e Classe nos mundos de trabalho

Carolina Maria de Jesus, no transcurso de sua escrita no *Diário de Bitita*, passa a destacar com certa continuidade temas como gênero, raça e classe, demonstrando como esse conjunto de clivagens mobilizam os segmentos de vida da população preta do interior de Minas Gerais. O tempo vivido por Bitita na cidade de Sacramento, nos permite acessar o cotidiano daquela localidade nos anos que vão de 1920 a 1940. Como escolhas específicas para este tópico, selecionamos os capítulos cinco “Um pouco de história”, capítulo seis “Os negros”, e o capítulo treze “Retorno à cidade”.

Ao falar do aspecto racial que englobava a pequena cidade de Sacramento, Carolina não deixa de reiterar suas críticas no que concerne à forma bruta de repressão dos brancos. Deste modo, no desenvolvimento do capítulo 06 intitulado *Os Negros*, a autora vai pontuar que a comunidade negra não gozava de uma liberdade que tanto era pregada, ao contrário, realçava que a emancipação que tanto almejava não se delimitava ao pouco dinheiro que adquiriam e muito menos no medo que ainda pairava sobre os pretos quando brancos abastados e policiais circulavam pelas ruas. Carolina Maria de Jesus, problematiza essa sua noção de liberdade quando expõe que:

Quando os pretos falavam: — Nós agora, estamos em liberdade — eu pensava: “Mas que liberdade é esta se eles têm que correr das autoridades como se fossem culpados de crimes? Então o mundo já foi pior para os negros? *Então o mundo é negro para o negro, e branco para o branco!* (JESUS. 2014, p. 59, capítulo Os negros; grifos meus)

A razão pela qual Carolina insiste em frisar a hierarquia racial que existia na região, é porque esse fato se tornou a fachada primordial que limitou o acesso à educação escolar dos negros e conseqüentemente pelas quais trouxe uma série de sequelas na vida dos adultos que a

cercava, e que transferia uma continuidade para as próximas gerações, o que abarcava a própria Bitita. A falta de estudos e de empregos, se tornou aspecto que trazia privilégios ao mundo dos brancos e pobreza para os pretos. Por esse motivo é que a juventude de Carolina Maria de Jesus, narrada em *Diário de Bitita*, pode ser lida como uma história de permanências: confinada na falta de água adequada para o consumo, de uma alimentação insuficiente, de uma “casa imprópria e de uma infância indecorosa”. Nos parece ser este o sentido em que ela, ao se indignar com o fato de que "o mundo já foi pior para os negros" afirma: "Então o mundo é negro para o negro, e branco para o branco". Dito de outro modo, a abolição da escravidão não indica de modo algum liberdade, ao contrário disso, ela revela a segregação destes dois mundos, como permanência histórica das opressões.

Ao narrar suas lembranças, em particular a relação entre negros e pessoas brancas, a autora acaba por especificar que havia uma ordenação social e racialmente marcada diariamente, uma parcela negra da cidade de Sacramento era explorada e atacada nas ruas. Ao retratar os abusos, Carolina Maria de Jesus registra a falta de emprego que afetava a população negra e o fato de que, quando encontravam algum ofício, ele era exaustivo e mal remunerado.

Eu notava que os brancos eram mais tranquilos porque já tinham seus meios de vida. E os negros, *por não ter instrução*, a vida era-lhes mais difícil. Quando conseguiam algum trabalho, era exaustivo. O meu avô com setenta e três anos arrancava pedras para os pedreiros fazerem os alicerces das casas. Os pretos, quando recebiam aquele dinheirinho, *não sabiam gastar em coisas úteis. Gastavam comprando pinga*. (JESUS, 2014, p. 58. Capítulo Os negros, grifos meus)

Além da leitura enfática que marca racialmente as desigualdades, podemos perceber em sua compreensão certa inflexão, quando destaca o fato de que a vida dos negros era mais difícil "por não ter instrução" e ao mesmo tempo, uma crítica direcionada aos homens pretos: "não sabiam gastar em coisas úteis, gastavam comprando pinga". Isso indica que a leitura de Carolina é ainda mais arrojada, porque não se posiciona de modo a romantizar aquela vida, indicando as dissensões internas (como homens e mulheres definem prioridades para os gastos) e um caminho emancipatório: o acesso aos estudos para as pessoas negras.

Deve-se inferir aqui que Carolina teve pouquíssimo contato com o sistema educacional, mas que foi desse convívio que ela se descobriu de fato como mulher negra, dado que de primeira não obteve um bom relacionamento com aquele espaço e pessoas, no qual regularmente era atacada por conta de sua cor e de seus traços negróides. Contudo foi na

escola que a mesma escutou pela primeira vez seu nome, já que até então somente se reconhecia como Bitita, e foi ali também que teve contato com os livros, sendo *Escrava Isaura* a primeira obra lida por ela. A paixão foi instantânea, onde lia e retirava dali a síntese que se conectava com a vida que levava. A experiência no ginásio, foi assim, um passo primordial para que Carolina entendesse a estrutura racista da sociedade que estava inserida, mas também para que enxergasse na leitura e no conhecimento em geral: “...que os que sabem ler têm mais possibilidades de compreensão. Se desajustar-se na vida, poderão reajustar-se.” (JESUS, p. 129). Assim como compreendeu que o conhecimento era a chave para a liberdade, foi nos exemplares que conseguiu ler que testemunhou a continuidade no que se refere o descaso com a comunidade negra, onde reforça que “... a escravidão havia apenas amainado um pouquinho. Era horroroso ver os colonos andarem com as roupas rasgadas, remendadas, como se fossem mendigos.” (JESUS, p.160).

As lembranças contadas em *Diário de Bitita* relatam que a falta de elementos básicos para a sobrevivência em Sacramento fez com que Carolina abandonasse a escola e fosse para uma fazenda localizada em Uberaba juntamente com seus pais. Labutando na roça, Carolina descreve que, além da orquestragem racial definir limites no espaço-tempo social, a condição de classe também era componente decisivo na subordinação da comunidade negra naquele contexto do mundo do trabalho. Dessa forma, a autora destaca que eram os colonos que cuidavam da terra, plantavam e colhiam, contudo como as fazendas não pertenciam aos trabalhadores, eles eram constantemente expulsos, sem direito a nada que suas mãos produziam.

Não tínhamos permissão para plantar. O fazendeiro nos dava uma ordem de cento e cinquenta mil-réis para fazermos compras num armazém lá em Restinga. Tínhamos que andar quatro horas para ir fazer as compras, o *dinheiro não dava*. Comprávamos feijão, gordura, farinha e sal. Não tomávamos café por não ter açúcar. Não tinha sabão para lavar a roupa de cama. Que fraqueza! (JESUS. 2014, p. 140, capítulo O retorno à cidade; grifos meus)

Ao expor a todo momento a não permissão do uso particular das terras dos fazendeiros, Carolina evidencia um sistema classista de acesso a bens de consumo e a exploração dos mais ricos acerca da mão-de-obra dos camponeses. Além disso além de serem mal remunerados, os trabalhadores eram facilmente substituídos, dado que a procura por trabalho, principalmente por parte dos negros, era grande.

Tendo em vista a marginalização da população negra mineira, Carolina consegue demonstrar que a junção entre ser pobre e ser negro se sobrepunham de modo que esse grupo fosse cotidianamente subjugado. Percebe isso a partir do contraste com o tratamento dedicado a imigrantes brancos. Quando relata a vinda de imigrantes europeus para o Brasil, lembra que a condição humilde dessas pessoas não foi causa para que fossem segregados da sociedade, e muito menos que não tivessem oferta de trabalho. No diário, Carolina coloca que esses emigrantes brancos eram mais bem amparados perante a nação do que os pretos que ali nasceram. Evidência melhor esse argumento quando manifesta que “... Só os italianos tiveram permissão para plantar no meio do cafezal, e vendiam o excesso de suas produções. E o fazendeiro pagava-os para cuidar dos cafezais.” (JESUS, 2014, p. 53).

Ao examinarmos em *Diário de Bitita* a relação entre raça, classe e trabalho, nota-se que no Brasil pós-abolição havia sido impregnado uma necessidade de modernidade e pureza social. Diante desse idealização, indivíduos negros foram sendo assinalados como cidadãos de pouco valor para com o projeto de branqueamento da sociedade brasileira, ao passo que iam incentivando a entrada de imigrantes italianos como forma de refinar os sujeitos que compunham a nação e aperfeiçoando o modo de trabalho. Dito isso, os afrodescendentes foram sendo cada vez mais lesados no que diz respeito ao trabalho assalariado, visto que havia preferência por parte dos ricos da cidade em empregarem imigrantes brancos, aspirando assim um progresso diante do colorismo que o país se encontrava. Carolina Maria cita em um trecho do seu livro a entrada de italianos no Brasil encorajados por bons salários e terras;

O Brasil abria imigração para a Itália. Íamos receber seis mil italianos, dois mil iam para São Paulo, dois mil para o Rio Grande do Sul, um mil para o Rio de Janeiro, e um mil para o Estado de Minas. Eles vinham para ser colonos, iam arrendar as terras dos fazendeiros, para plantações. E os brasileiros tinham que respeitá-los. Quando os italianos chegaram, viram que o único braço ao seu alcance para auxiliá-lo era o braço negro.(JESUS, 2014, p.44, capítulo Um pouco de história, grifos meus.)

Isto posto, Carolina acaba por nos mostrar que a relação de trabalho no Brasil no século XX estava fincada com o preconceito racial e de classe, onde argumenta que imigrantes italianos eram mais bem tratados pelo Estado pelo simples fato de serem pessoas brancas e que já tinham um determinado poder aquisitivo.

Não podia plantar feijão no meio dos cafezais, não podia criar porcos, nem galinhas; só cuidar exclusivamente do café. O fazendeiro dava uma ordem de cento e cinquenta mil réis para o colono ir comprar os gêneros alimentícios num empório. O colono comprava feijão, farinha, toucinho, açúcar, querosene, fósforo, fumo, sabão, e carne seca. Não comprava arroz porque o dinheiro não dava. O que comprava não dava para oito dias.(JESUS, 2014, p. 53, capítulo Um pouco de história. Grifos meus.)

Carolina coloca que durante toda sua juventude, os ofícios que encontrava eram habitualmente deslocados para o trabalho doméstico, o que acaba resultando em situações de enorme vulnerabilidade das mulheres negras desde as casas de fazenda, e ainda mais quando não encontravam outra solução a não ser se deslocarem do campo para a cidade em busca de melhores salários para subsistência.

Verifica-se que a modernização e democratização pelo qual o Brasil passou com o pós-abolição, não resolveu problemas como a hierarquia de classe e de raça¹⁵. Assim, notamos que boa parte dos sujeitos negros permanecem em trabalhos informais e mal remunerados, nos quais dificultam sua ascendência social. É perceptível que as relações de classe no Brasil são situadas pelo eixo da racialidade que quando interseccionadas constituem proporções econômicas que vão subdividir os reconhecimentos que cada classe terá. Quando trazemos esse olhar para o gênero, observamos que a raça desvaloriza mais ainda o status de mulheres negras. Deste modo, observamos que o Estado continua a colocar indivíduos negros nos trabalhos relacionados ao cuidado de famílias brancas e endinheiradas, ao passo que conserva a estrutura de classes.

O pobre, não tendo condição de viver dentro da cidade, só poderia viver no campo para ser espoliado. *É por isso que eu digo que os fornecedores de habitantes para as favelas são os ricos e os fazendeiros.* Se eles consentissem que plantássemos feijão e arroz no meio do cafezal, até eu voltaria para o campo. (JESUS, 2014, p. 141. Capítulo Retomo a Cidade. Grifos meus).

Encontra-se a frustração de Carolina que lavava, cozinha e limpava todos os dias na casa de mulheres brancas, recebendo pouco dinheiro em troca ou então a promessa de vestimentas que nunca chegava em suas mãos. Cansada desse ciclo sem fim, Carolina frisa: “Já é tempo de abandonar os fazendeiros.” Que ódio que eu tinha deles. Não tínhamos dinheiro para comprar comida. Jurei: ‘Prefiro pedir esmolas do que trabalhar para os fazendeiros.’ (JESUS,2014,p. 149).

¹⁵ BOURDIEU, P. A miséria do mundo. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

2.2. “*Mas se a cozinheira tinha filha, pobre negrinha!*”. Relações de raça, gênero e violência sexual

Já nos primeiros capítulos do *Diário de Bitita*, Carolina se define como "observadora", que a todo momento se faz indagações em relação ao ambiente em que se encontra e os indivíduos que a cercam. É nessa sua inquietude que, no decurso de sua juventude, vai assimilar que a hostilidade social contra os negros se torna mais fervorosa quando são mulheres pretas a vivenciar essas violências estruturais.

Ao pensar a intersecção entre gênero e raça, estamos falando de um tipo específico de subordinação em que o racismo e sexismo se tornam mecanismos efetivos que transportar a mulher preta para o mais baixo patamar da sociedade, agregando com baixo valor social e consequentemente as colocando como permissivas para tal sujeição. Essa intersecção sexista-racial preserva uma hierarquia grupal onde homens, mulheres brancas e homens negros conscientemente ou não, resguardam essa estrutura por interesses próprios.

Se o filho do patrão espancasse o filho da cozinheira, ela não podia reclamar para não perder o emprego. *Mas se a cozinheira tinha filha, pobre negrinha! O filho da patroa a utilizaria para o seu noviciado sexual.* Meninas que ainda estavam pensando nas bonecas, nas cirandas e cirandinhas eram brutalizadas pelos filhos do senhor Pereira, Moreira, Oliveira, e outros porqueiras que vieram do além-mar. (JESUS, 2014, p.38. Capítulo Ser pobre. Grifos meus.)

Nesse contexto interseccional, Carolina vai expor memórias de sua infância em que recorda de assédios que observava na rua, e em casos de coação que as mulheres de sua família passavam em sua casa. Vai salientar questões como os do tio que com frequência ditava regras a sua mãe, e até mesmo casos de violência física. Ressalta também o quanto os homens se embriagavam e ficavam mais violentos, que não havia divisão nos trabalhos domésticos, dado que sempre impuseram que tais serviços eram de responsabilidade feminina. Ao notar esses aspectos diários no convívio entre homens e mulheres, Carolina diz que, “Tem mulher que diz que o homem é bom. Que bondade pode ter o homem, se ele mata e espanca, cruelmente? Quando eu crescer eu não quero homem. Prefiro viver sozinha.” (JESUS, 2014, p. 87).

Os eventos desconfortáveis entre gêneros lembrados no livro por Carolina, alertou desde muito cedo a autora a respeito da desvalorização da mulher de cor no Brasil que acabou ocasionando diversos casos de humilhações que Bitita sofreu durante a adolescência. Ao

apontar para sua mãe sua preferência por se tornar um homem, Carolina fala abertamente que até mesmo homens negros detinham uma maior liberdade no que concerne andar nas ruas durante o período da noite, poder trabalhar fora sem ser em serviços domésticos, e principalmente porque não teria que ter consentimento de um homem para suas ações. Carolina Maria não reconhecia a imposição do matrimônio e de ter um homem em casa, dado que ela sempre reforçava que mulheres eram autossuficientes, poderiam trabalhar com qualquer coisa, pagar aluguel, cuidar da casa e de si mesma; “Fiquei abismada. Será que o homem é tão bom assim? Por que as mulheres brigam por eles? Então o homem é melhor do que cocada, pé-de moleque, batatas fritas com bife? Por que será que as mulheres querem casar?” (JESUS, 2014, p. 15);

Pensando para além do salário insuficiente, vemos que Carolina expôs por diversas vezes em sua obra problemas com os abusos de trabalho que as mulheres sofriam ao aceitar trabalhar nas casas de grandes nomes da cidade. Esses abusos estavam ligados a episódios como acusações de roubo para que Carolina fosse embora da casa sem receber o que era seu por direito, ou ao fato de os patrões cogitarem pagar os serviços prestados com roupas usadas e outros utensílios; fora os estupros que filhas das empregadas sofriam dos filhos dos patrões.

No fim das contas as mulheres pretas e pobres eram as que mais sofriam humilhações no processo de busca por liberdade no que tange a autonomia monetária nos moldes das relações sociais do pós-abolição. Por conta disso vemos a rotatividade de serviços que perpassam a juventude de Carolina Maria de Jesus durante sua estadia no Estado de Minas Gerais. Sua tentativa de permanecer na área rural mineira trabalhando nas lavouras não conseguiu abraçar todos seus sonhos de ganhar um bom dinheiro e ter uma terra para si, deste modo teve que voltar para a cidade à procura de ocupações que pudessem ajudá-la a cuidar de sua mãe.

Ao passo que os anos se passam na narrativa de Diário de Bitita, a autora vai colocar que o menosprezo perante mulheres negras foi se reproduzindo com o tempo. Esse arcabouço foi se edificando de maneira que os julgamentos contra esse coletivo de mulheres pudesse anular a confiança e as habilidades que negras tinham em si mesmas. Dessa forma, mulheres negras iriam continuar na inferioridade e o status social manteria seu curso.

Além disso, Carolina Maria de Jesus manifesta a procura por parceiras brancas por parte de homens negros. Ao discorrer sobre esse assunto, indiretamente Carolina coloca que as relações inter-raciais tinham como objetivo o avanço social de homens negros dentro da sociedade. “Houve até um projeto dizendo que se o mulato tivesse o cabelo liso era

considerado branco, se o cabelo fosse crespo então o mulato era considerado negro” (JESUS, 2014, p. 74). A busca por ascensão que fez com que homens entrassem em matrimônios com mulheres brancas, pode ser analisado em *Diário de Bitita* como o pretexto por uma busca de sucesso individual ou por aceitação da branquitude na zona habitada pelo homem. Sendo assim consecutivamente sucedeu-se uma interpretação de que as relações inter-raciais iriam operar um desligamento dos homens negros da camada periférica da cidade, e assim conseguir uma identidade social aceita na comunidade¹⁶.

Vendo por este lado, Carolina Maria de Jesus evidencia os ininterruptos desprezos que mulheres negras sofriam em nome de homens brancos e negros. Na escola e nas ruas, crianças e adultos ridicularizavam sua aparência e sua cor. Essas humilhações se tornaram motivo para não querer voltar para o colégio, vez ou outra pedia para sua mãe trançar seu cabelo e mais tarde desejar ter a fisionomia de mulheres brancas. Nos bailes que aconteciam na cidade, Carolina dizia;

Nos bailes, eles dançavam. Eu ficava sozinha. Os meninos não dançavam comigo, diziam que eu era muito feia, muito magra. Que, dançando comigo, eles tinham a impressão de estar dançando com um bambu. O único que dançava comigo era o Domingos. Um pretinho de quinze anos. Ele tinha só um braço. Fui ficando revoltada e o complexo apossando-se da minha mentalidade. (JESUS, 2014, P. 84. Capítulo A família.)

Em *Diário de Bitita*, Carolina Maria de Jesus consegue com um leitura descomplicada ostentar uma conversa quanto a relação de gênero e raça que atualmente é debatido na cerne da interseccionalidade estrutural, no qual busca imprimir a funcionalidade da dinâmica da sobreposição desses dois eixos que funcionam como projeto político para manutenção da submissão de mulheres negras. Carolina, no século XX conseguiu enxergar que mulheres negras poderiam gerar-se sozinhas, onde homens eram dispensáveis no que diz respeito a realizar tarefas e gerenciar sua vida. Ao tratar da conexão racial com a de gênero, reforçou a concepção de equidade social no qual vai contra o patriarcalismo que inferioriza a mulher negra.

A socialização classista sobreposta com a racista, não foi causa suficiente para que Carolina M. Jesus se submetesse a ordem social. Assim, podemos notar que ela sempre se viu responsável pelo seu próprio destino, a cada instante contestando um Brasil utópico que afirmava estar rumo ao avanço sócio-cultural, mas que ordenava a mulher negra num sistema governamental de restrições.

¹⁶ BARROS, Zelinda dos Santos. Casais inter-raciais e suas representações acerca de raça. 2014.

Vê-se assim que a relação interseccional entre raça e gênero, como destaca Danièle Kergoat (2010), só tomaram destaque quando intelectuais negras tomaram a frente no que se refere às pesquisas acerca da subordinação de mulheres, pesquisas essas que privilegiavam as experiências de mulheres brancas. Visto isso, as investigações realizadas por essas cientistas negras obteve aptidão para abordar por uma outra perspectiva as relações trabalhistas, sociais e familiares que perpassam a vida de mulheres negras, transpassando o espaço de serem referidas para um esfera em que falam por si. Todavia, a intersecção entre gênero e raça no Brasil tende a ser silenciado até os dias atuais, visto que omitindo esse debate, as políticas igualitárias ficam sujeitas a uma decadência e em função disso colocam as desigualdades como algo natural. Por outro lado, ao dialogar com a sociedade brasileira a existência de sobreposições entre violências, acaba por solidificar identidades que antes eram marginalizadas, e incorporá-las a um projeto de reestruturação social.

2.3. “*Quem será o Deus que é o nosso pai? Que vontade que eu tinha de ver o Deus e pedir-lhe para consertar o mundo*” Raça, classe e fé nos enfrentamentos à desigualdade brasileira

O discurso proposto por Carolina Maria de Jesus nesta obra pode nos auxiliar num debate que vem crescendo no que se refere à relação de classes sociais com o racismo estrutural que fundamenta as desigualdades de condições de vida de cidadãos que em sua maioria são pessoas pretas e pardas no país. No Brasil, quando ocupa-se em dialogar acerca de pontos como feminismo negro, racismo estrutural ou recreativo e gênero, por diversas vezes testemunhamos esse entendimento atrelado a pauta de classes. De acordo com o sociólogo Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, isso se dá porque a composição racial brasileira é percebida por variações fenotípicas, que no interior da sociedade acaba por determinar que esses atributos são mecanismos para definir quem terá acesso a direitos¹⁷. Depreende-se dessa definição então que raça é no Brasil, pretexto para distinguir o sistema classista social.

Tendo isso em vista, em *Diário de Bitita* Carolina M. de Jesus traz relatos memorialísticos em que carrega a práxis dessa teoria. Quando a autora cita os grupos raciais da cidade de Sacramento, o assunto sempre é acompanhado pelo panorama do status social. Assim, ao falar um pouco sobre sua infância, Carolina faz menção a respeito de suas madrinhas (uma branca, uma negra e outra definida por ela como “mulata”), onde as mulheres de cor eram pobres como ela e a branca acaba sendo referida como a rica e educada, que vira

¹⁷ Guimarães, A. S. A. (2002). *Classes, raças e democracia*. Editora 34.

sua madrinha predileta por causa dos meios que Carolina acessa tendo uma mulher endinheirada ao seu lado.

Pensei: agora tenho que obedecer a minha madrinha rica que tem dez mil-réis. Fiquei pensando: Tenho três madrinhas, qual é a melhor? Uma preta, uma mulata e a outra branca.” *A branca era tão boazinha que eu a alcunhei de madrinha doce. A siá Maruca era preta. Mas era carinhosa, penteava e trançava os meus cabelos. A madrinha Matilde que me crismou era mulata. A madrinha Mariinha era a branca.* (JESUS, 2014, p. 20. Capítulo As madrinhas. Grifos meus.)

A clivagem social colocada no capítulo "As madrinhas", carrega em si uma relevância no espaço em que o sujeito pode se inserir. Posto isso, as divisões raciais que validam quem é preto, pardo ou branco no Brasil possuem em seu âmago a intersecção com a estrutura classista que denota os recursos de poder que cada grupo pode obter. Visando essa diferenciação de ascendência social, é percebido que a assimetria que existe entre brancos e não brancos constantemente transforma-se num padrão em que pessoas brancas que se encontram no mais alto patamar social, resistem diariamente contra a ascensão de indivíduos pretos como forma de manter seus padrões, ao mesmo tempo em que a comunidade negra não se torne um adversário social.

Em *Diário de Bitita*, Carolina exterioriza esse molde ao tratar da incessante perseguição policial que os pretos sofreram, da falta de recursos medicinais, da mão-de-obra barata, da falta de moradia e da falta de direito de andar pelas ruas nos dias úteis. O pavor que os negros detinham em relação aos brancos e dos privilégios que estes conservavam, é expressado pela autora no capítulo dez “*A morte do meu Avô*”;

Como eu gostava dos pretos e tinha dó deles! Uns tão ricos, outros tão pobres. Por que é que os pobres rezavam todos os dias? Falavam: Deus... tem dó de nós. Deus... misericordioso. Quem será o Deus que é o nosso pai? Que vontade que eu tinha de ver o Deus e pedir-lhe para consertar o mundo. Os ricos não falavam em Deus. Só os pobres. (JESUS, 2014, p. 111. Capítulo A morte do meu avô.)

Vemos que a interseccionalidade com base na junção entre raça e classe nutriu, no interior de Sacramento, uma desproporção no que tange às rendas que pretos e brancos mantinham para sobreviver e permanecer na cidade. Dessa forma, como colocado por Carolina Maria de Jesus, os pobres, que em sua maioria eram também pessoas negras, tinham

casas que se mantinham por meio da aplicação de capim e o dinheiro ganho em trabalhos precários não davam conta para equipar as moradias com água encanada. Por outro lado, os brancos que geralmente converteram-se nos abastados da região, conseguiam viver no centro da cidade, detendo carros, acesso a água quente e a educação.

Quando chegavam nas casas dos ricos, as madames introduziam a bandeira dentro dos quartos e salas suplicando ao santo que lhes auxiliasse. Embora elas tivessem casas para morar e alugar, roupas bonitas, comida em abundância, automóvel, banheiros com água quente para tomar banho todos os dias. Vivendo com conforto, ainda pediam o auxílio dos santos. Puxa! Será que os ricos não se contentam com o que têm? Para que esses desatinos para ficar rico, se quando morre deixa tudo! Elas davam esmola, mas faziam inúmeros pedidos. (JESUS, 2014, p. 26. Capítulo A festa)

Essa associação entre eixos raciais e classista podem ser apreendidos no Brasil como uma propagação da ideia de que quanto maior a benesse salarial maior será a aceitação racial¹⁸. Esse pensamento foi sedimentado por Carolina Maria na passagem do seu livro quando frisa que gostaria de ter vestimentas bonitas e uma casa como a dos ricos, uma vez que ter bens seria a resolução para seus problemas. Contudo, essa sua concepção vai ruir no passar dos anos quando no capítulo vinte e dois, apelidado de *Ser Cozinheira*, a autora expressa sua decepção com a vida devido às adversidades que acompanhou sua trajetória. “Dei um balanço nas minhas ilusões: eu pretendia comprar um palacete, comprar roupas finíssimas, um desejo irrealizável. Eu deveria retirar da minha mente aqueles sonhos de grandeza.” (JESUS, 2014, p. 202). Ao notar suas aspirações de aquisições desmoronar, testemunhamos que a ascensão social por meio da fortuna no Brasil não é fator único para que haja mudanças no que concerne à hierarquia social.

Em diversos outros episódios da narrativa de Carolina Maria de Jesus em *Diário de Bitita* é sintonizada a interseccionalidade entre o discurso de classe e raça. A escritora manifesta por inúmeras vezes sucessivos acontecimentos nos quais retrata o privilégio composto pela união do ser branco com ser endinheirado, onde esses atributos transferido para homens e mulheres brancos lhes dão a regalia de ter recursos de saúde, ingresso aos sistemas educacionais e sobretudo liberdade no que se refere a segurança pública no interior da tutela penal. Nessa qualidade de status, Carolina salienta;

...Por que será que o branco pode matar o preto? Será que Deus deu o mundo para eles? Eu tinha excesso de imaginação, mas não chegava a

¹⁸ Santos, J. A. F. (2005). Efeitos de classe na desigualdade racial no Brasil. *Dados*, 48, 21-65.

nenhuma conclusão nos fatos que presenciava. Estava com seis anos. O único lugar seguro para eu guardar os fatos era dentro da minha cabeça. Minha cabeça é um cofre. Minha mentalidade aclarou-se muito mesmo. (JESUS, 2014, p. 116. Capítulo A morte do meu avô).

Podemos salientar por fim, que Carolina coloca a urgência do uso da fé pelos ricos da cidade como forma desses indivíduos darem continuidade a uma lógica que expõe a individualidade do consumo e valorização deste como algo natural das relações sociais. Enquanto em sua narrativa, a autora vai conduzir que os pobres dialogavam verdadeiramente com o divino quando evidencia nessa relação um espaço de reivindicação social, político e cultural dos negros. Assim, é analisado que o relacionamento de afro-brasileiros com a fé resulta numa tentativa de se desenvolver a preservação da cidadania plena dos negros e pobres com a cidade de Sacramento. A existência das coações sociais estruturais direcionada aos negros visa ser o motor para monitoramento e conservação das desigualdades no território brasileiro. Mesmo que haja progresso social por parte da comunidade negra, a socialização entre eles e sujeitos brancos não terá expansão, posto que o negro será cooptado nos espaços elitizados em nome de uma necessidade da branquitude de manter a submissão desse grupo.

2.4.: "*Quando percebi que nem são Benedito, nem o arco-íris, nem as cruzes não faziam eu virar homem, fui me resignando e conformando: eu deveria ser sempre mulher*": raça, classe, gênero e lugares intergeracionais

Em *Diário de Bitita* Carolina vai redigir memórias em que desde cedo contempla os impasses sociais que abarcam as frustrações da comunidade negra de Sacramento no que concerne à procura de serviços remunerados. A autora, ao salientar o pós-abolição, argumenta que a inserção de pessoas pretas em funções que geravam renda no Estado mineiro eram ainda voltados para as lavouras, e quando olhava-se para as atividades exercidas por mulheres, as atribuições aplicadas a elas detinham ainda o cuidado com o lar.

Essas ocupações destinadas aos negros vinha de uma realidade em que foram deixados a própria sorte logo após a Lei Áurea em companhia de uma sociedade que nitidamente rechaçava dividir espaços com sujeitos de cor e que estabelecia os ambientes que mulheres deveriam preencher. Em vista disso, a intersecção entre o preconceito racial e o de gênero, formaram motores chave que fabricaram barreiras nos quais fizeram mulheres negras e pobres terem que se estabelecerem em trabalhos domésticos que abusavam da mão-de-obra barata que as mesmas formavam. Esse projeto de segregação entre brancos e negros, homens e mulheres, transformou a existência de Carolina e de tantas outras mulheres em uma vida

intinerante como forma de manutenção de seu sustento diário. No capítulo oito alcunhado de “A Cidade”, a autora reforça a relação entre trabalho, gênero, classe e raça ao falar que:

Quando percebi que nem são Benedito, nem o arco-íris, nem as cruces não faziam eu virar homem, fui me resignando e conformando: eu deveria ser sempre mulher. Mas mesmo semiconformada, eu invejava o meu irmão que era homem. E o meu irmão me invejava por eu ser mulher. Dizia que a vida das mulheres é menos sacrificada. Não necessita levantar cedo para ir trabalhar. Mulher ganha dinheiro deitada na cama. Eu ia correndo deitar na cama de minha mãe, pensando no dinheiro que ia ganhar para comprar pé-de-moleque. Depois levantava, desfazia a cama com ansiedade, procurando o dinheiro. (JESUS, 2014, p. 97. Capítulo A cidade.)

Carolina Maria de Jesus vai nos mostrando no decorrer da obra que os negros ao se converterem em trabalhadores assalariados não tornaram-se donos de seus próprios objetivos e sonhos, dado que o dinheiro lucrado com os serviços prestados não dava para alimentar os familiares ou adquirirem uma casa apropriada para habitar. Ao evidenciar esse relacionamento complexo entre sujeitos de cor e o trabalho, Carolina revela que muitos afrodescendentes iam para as ruas pedir ajuda financeira para custear sua sobrevivência visto que serviços iam se tornando cada dia mais escassos na cidade

Quando o negro envelhecia ia pedir esmola. Pedia esmola no campo. Os que podiam pedir esmolas na cidade eram só os mendigos oficializados. A Câmara dava uma chapa de metal com um número, depois de examinado pelo médico e ficar comprovada a sua invalidez. E o mendigo não podia emprestar dinheiro a juro. Eram fiscalizados. (JESUS. 2014, p. 31. Capítulo Ser pobre.)

A questão da intersecção entre trabalho, gênero, classe, raça e lugares intergeracionais fica ainda mais problemático quando analisamos esse processo voltado para a mulher preta. Elas se igualavam aos homens em termos de terem acesso a somente serviços precários, porém o fator gênero dentro das estruturas hierárquicas, vez com que essa parcela feminina da sociedade fossem exploradas em trabalhos domésticos fora de casa e recebendo menos que um homem para tal, ainda tendo que lidar com a acumulação de atividades dentro de seu próprio lar.

É nesse contexto que Carolina Maria de Jesus se insere, dado que durante toda sua passagem pela infância viu sua mãe trabalhar como lavadeira e em outras ocupações instáveis que a fez passar horas dedicando-se a suas funções e em troca ganhando pouco dinheiro.

Minha mãe lavava roupa por dia e ganhava cinco mil-réis. Levava-me com ela. Eu ficava sentada debaixo dos arvoredos. O meu olhar ficava circulando através das vidraças olhando os patrões comer na mesa. E com inveja dos pretos que podiam trabalhar dentro das casas dos ricos... Ela pretendia lavá-la depressa para arranjar dinheiro e comprar comida para nós. (JESUS, 2014, p. 31. Grifos meus)

A prática de examinar a relação do preconceito de raça e gênero aplicado ao trabalho remunerado em Diário de Bitita, nos faz olhar também a questão de alternância de trabalho que frequentemente essas mulheres negras faziam quando estavam na função de empregadas domésticas.

Apesar de Carolina não tematizar especificamente a condição das mulheres negras quando se tornavam mais velhas, podemos inferir que em relação ao trabalho, mulheres negras quando chegam a uma idade mais avançada são destinadas a arranjos nos quais ficam atreladas ao cuidado do lar de terceiros. Posto isso, enxergamos a continuidade no que diz respeito à hierarquia da esquematização do trabalho feminino, onde se coloca como normal a figura da mulher negra como cuidadora domiciliar. A ininterrupta sujeição de mulheres negras e pobres, as coloca em muitas vezes sem uma perspectiva de trabalho taxado como agradável, deste modo, no decurso de suas vidas elas dão prosseguimento a serviços de baixa qualificação, servindo geralmente sujeitos brancos e endinheirados para manterem-se economicamente, mesmo sob condições de enorme vulnerabilidade.

2.5. A linguagem marginalizada ou o pretoguês? A escrita de Carolina como lugar de opressão e altivez

O interior da obra de Carolina Maria de Jesus nos possibilita refletir e analisar suas memórias no campo interseccional entre classe, raça e preconceito linguístico, o entrecruzamentos lidos por Lélia Gonzalez ao definir as expressões linguísticas da população negra como *pretoguês*, fazendo uma associação aos rastros africanos no português falado no Brasil. Para Gonzalez, ao assumir uma linguagem própria, o negro brasileiro consegue arquitetar por meio da oratória e da escrita um espaço social em que ele particularmente assume o poder de contar suas histórias, não mais sendo apresentado e/ou mencionado por outros. Ao analisar o preconceito dialético que aflige principalmente sujeitos negros, percebe-se que a perseguição instaurada quanto a forma de se expressar se irrompeu durante o encadeamento de escravização do povo africano, no qual uma diversidade de línguas foram sendo verificadas no amontoado de povos que chegaram ao Brasil. Para que houvesse um melhor controle sobre esses grupos, foi-se rejeitando a pluralidade linguística preta a fim de posicionar a língua falada na Europa como superior, numa categorização que passou a não aceitar variantes linguísticas como pretexto para que se mantivesse a ilusão de que negros cativos fossem incapazes de se expressarem por si só numa língua culta e como efeito, pudessem explorar essa negritude, em razão de que eram negados a essas comunidades o direito da retórica.

A língua assim como atesta bell hooks (1952-2021), é um instrumento genuíno que limita e define o ser humano¹⁹, e, é nesse contexto que sujeitos brancos num alto pódio social vão se munir de uma língua dita "legítima", para produzir dinâmicas de conhecimento que irão inferiorizar e desprestigiar o sujeito subalternizado como forma de manter controle sobre corpos e intelecto de comunidades minoritárias. Deste modo, a escrita praticada por mulheres pretas que trazem no seu âmago o que chamamos de uma linguagem marginalizada, traz a capacidade desses indivíduos de quebrar com a estética da língua e da escrita tradicional, redefinindo o discurso entre o canônico e o marginal.

Já adentrando o Brasil contemporâneo constata-se que na perspectiva do linguajar muita coisa ainda não mudou, a locução até então é artifício de compressão social, onde ela implica as diferenças de classe. A falta de acesso escolar por parte da população negra somada ao fato de se impor um modelo dito correto para o português escrito e proferido, indica uma limitação que pessoas pretas portam quando se trata da trajetória do negro na literatura brasileira como autores, onde há uma desqualificação na forma de expressão desses literatos. No entanto, na narrativa contemporânea, há quem consegue inverter essa posição de inferioridade linguística e com o auxílio de uma linguagem própria do preto, alcança uma atmosfera de resistência sistêmica que passa a abordar temas como desigualdades raciais, de classe e de gênero, onde sua experiência com o dialeto vai proporcionar uma conexão com seu próprio povo e divulgar o pensamento negro num mundo branco.

A *língua de preto* quando verificada pela antropóloga Lélia Gonzalez foi então denominada de *pretuguês* ou *pretogues*, onde ela enxerga o uso de determinados elementos do dialeto africano no português falado no Brasil, e que em meio ao ensino ele é colocado como errado e inválido. Quando notado mais de perto, é verificado que essa linguagem voltada para a mudança de fonemas nos quais se aproxima do modo africanizado de falar continua sendo no Brasil usado em sua maioria por pessoas negras, essas expressões passam então por um processo de não reconhecimento legal.

Carolina Maria de Jesus surge nessa ocasião de um modo de expressão voltado à maneira do preto de falar. Ao trazer em seus diários a busca por um espaço de fala com o intuito de exteriorizar seus problemas de vida num Brasil do século XX que acabara de passar por todo o processo da Lei Áurea, e, que se encontrava estagnado em um momento em que pessoas de cor e pobres como ela não gozavam do aproveitamento dos ambientes sociais assim como a sociedade mais abastada, a então escritora passou a ser a figura de

¹⁹ Hooks, Bell. "Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens." *Revista Estudos Feministas* 16 (2008): 857-864.

representação de um povo negro desprovido de poder social. Suas palavras despejadas em cadernos velhos que encontrava durante seu percurso como catadora de papelão, formavam discursos, linguajares, termos e manifestações que o restante da população semi-analfabeta e preta conseguiam se identificar, essa forma de dizer algo na escrita que Carolina Maria de Jesus exercia, era na prática o *pretoguês* que Lélia Gonzalez elucidava em seus textos, uma estética linguística afro-brasileira.

A aparência textual das obras de Carolina Maria de Jesus publicadas oficialmente podem por muitos ser contemplada como incorreta e imprópria quando analisada pelo seio da ortografia portuguesa legal, mas para alguns estudiosos mais audaciosos dos escritos da literatura mineira, sua forma de redação nada mais é do que a forma de se manter nítido o enraizamento da marca do dialeto africano no falar e no inscrever do português brasileiro e que a eliminação dessa variedade linguística é cada vez mais visto como uma maneira de obstruir vertentes da influência africana na cultura e no idioma aqui proferido.

Em sua obra intitulada *Diário de Bitita* lançado no ano de 1982, Carolina Maria do início ao fim realça em sua escrita os aspectos do *pretoguês*, e é a presença dessa postura de expressão que a autora vai conseguir de forma direta acusar o não consentimento dos negros e pobres dentro de uma sociedade burguesa que buscava seu embranquecimento. O emprego do *pretoguês* em seus livros é também a queixa de uma massa de pessoas de cor brasileiras que não tiveram o acesso ao sistema educacional formal, onde repulsa a capacidade do negro de exteriorizar em palavras suas inquietações e esteriotipa o meio de palavrear que traz elementos africanos no seu modo de eloquência. O *pretoguês* assim culmina numa perspectiva de raça, de classe e de nacionalidade de uma comunidade que busca por meio da oratória e da caligrafia ocupar um território que lhe é negado, ressignificando a literatura brasileira e se desvencilhando das amarras de sempre ser falado e referido pelo o Outro.

A forma linguística que Carolina Maria de Jesus retrata em *Diário de Bitita* é o que dá sentido a vivência da escritora, no qual por intermédio de seu retrato estilístico Carolina consegue transmitir a condição da mulher preta e sem estudos no qual é explorada em trabalhos domésticos, da vida itinerante dos negros em busca de melhores condições de sustento, da segregação e marginalização de pessoas de cor e de posições sociais que não se harmonizam com um sociedade racista do século XX que tentam a todo custo se modernizarem.

O uso da *língua de preto* dá também a possibilidade de Carolina salientar em todos capítulos do livro os entraves que o governo colocou para que o povo negro continuassem nos ambientes desvalidos e que esses mesmo governantes não desenvolvessem nenhuma política

de inserção de pretos e pretas na vida social do Brasil moderno, onde revertesse os efeitos que a escravidão conservou na existência de pessoas de cor.

Deste modo, a literatura fomentada por mulheres negras vem sendo percebida como demanda de sujeitos que tem por objetivo não somente atestar sua cultura e seu espaço social²⁰, mas também como forma de se autodeclarar, entendendo assim seus alcances e limites por meio da descolonização metodológica da escrita. Gloria Anzaldúa (1942-2004), revela ainda outro aspecto que o hábito de redigir por parte do subalterno pode esquadriñar, que é a abertura em favorecer a tática da revolta e assim discutir sua própria identidade contribuindo com uma urgência de proferir outras vivências.

Se por acaso os paradigmas textuais do *pretuguês* fossem corrigidos, iriam retirar da obra de Carolina Maria a força que suas palavras guardam quando o assunto se volta para o debate acerca das violências interseccionais de raça, classe, gênero, trabalho e naturalidade que *Diário de Bitita* inclui no decurso de seus trechos. Sua forma de explicar suas ideias nesse manuscrito conseguiu evidenciar que a democracia racial no Brasil não passa de um mito, dado que é perceptível ao longo de suas memórias que não existe uma harmonia social entre negros e brancos, pois a nação modernizada que se conhece foi concebida a partir do passado colonial na cerne da escravidão e da hegemonia branca brasileira. Questões de raça, classe e gênero são as mais evidenciadas no decurso da obra *Diário de Bitita*, dado que Carolina constantemente aponta para as violências gratuitas que a população preta sofre nas mãos dos mais ricos da cidade, que também são os brancos que compõem aquele escopo social. Quando se averigua a obra por completo, é atestada a crítica que Carolina faz ao espaço social destinado aos negros, ao passo que contemplamos também o duro decurso de vida que uma mulher de pele negra e desprovida de posses tinha que atravessar num Brasil pós-abolição. O fato de não conseguir manejar o português oficial e sim as variantes que ele dispõe, não foi suficiente para Carolina ainda na sua humilde infância apreender no seu dia-a-dia que o racismo e a misoginia foram chaves para a manter na base da sociedade brasileira, as questões de cor e gênero começaram a perpassar a mente de Carolina na sua prática diária, e a escrita foi a averiguação de que aquilo era comum em meio aos seus similares. Em suma, a linguagem marginalizada da narrativa de Carolina possibilitou que fizéssemos uma leitura interseccional sobre os pontos levantados em sua obra, objetivando

²⁰ Anzaldúa, Gloria, et al. "Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo." *Estudos feministas* 8.1 (2000): 229-236.

assim que buscássemos critérios plurais na dialética que acabou por validar dentro da literatura brasileira a presença da narrativa empreendida por uma mulher negra e iletrada²¹.

²¹ de Almeida Pereira, Edimilson. "Panorama da literatura afro-brasileira." *Callaloo* (1995): 1035-1040.

CAPÍTULO 3. DIÁRIO DE BITITA NA CONSTRUÇÃO DE UMA NARRATIVA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DO BRASIL

Em *Diário de Bitita*, já na passagem de Carolina Maria de Jesus por sua mocidade, a poetisa e escritora por meio de suas lembranças vai destacar como enxergava o panorama varguista no interior de Minas Gerais, mais precisamente na cidade de Sacramento. No decorrer do capítulo dezesseis batizado de “*A Revolução*”, encontra-se um discurso no qual a população via na Revolução de 1930 a salvação do homem do campo, onde este poderia tornar-se soldado-cidadão e deixar a vida desafortunada do interior e partir para a cidade tendo como perspectiva uma melhor qualidade de vida.

No entanto, Carolina que continuou no interior naquele momento, nos apresenta uma outra visão dos efeitos que as políticas de Getúlio Vargas tiveram no interior do país. É exposto que a cidade continuava com sua mesma feição, a oligarquia ainda detinha seu poder, o processo de industrialização que foi sentido nas cidades, não foi iniciado da mesma maneira no campo e as atividades econômicas permaneciam voltadas para as grandes lavouras que exportavam para os grandes mercados internacionais. No fim das contas, Carolina via num certo momento o êxodo rural, onde até ela mesma planejava ir para os grandes centros, visto que a pequena Sacramento não se desenvolvia, ainda mais para uma mulher camponesa.

Em função desse discurso conduzido na obra de Carolina, a proposta desse terceiro e último capítulo é utilizar da literatura feminina negra em sala de aula para se analisar, refletir e discutir sobre o tema da Revolução de 1930 em três etapas. Utilizando dos livros de História do nono ano “*História, Sociedade e Cidadania*” de Alfredo Boulos Júnior, PNLD (2014-2016), com intenção de averiguar o discurso didático acerca de como é administrada a exposição da matéria. Planejo assim, que os alunos possam apontar quais são os personagens exaltados nos livros, se há presença de mulheres, negros e de camponeses no decurso da pregação didática, e qual a interpretação que fazem disso.

Com a análise feita a respeito dos enunciados proferidos no livro didático e a narrativa contada por Carolina M. de Jesus em *Diário de Bitita*, as aulas serão baseadas em três fases. Por meio de uma sequência didática de seis aulas que virão logo abaixo, será discutido em sala primeiramente a Revolução de 1930 em si, onde os discentes possam obter conhecimento acerca do tema, mas também refletir o porquê da temática no livro ser voltada exclusivamente para homens brancos. Logo após haverá um debate que envolve como foram os efeitos da Revolução no campo, pensando qual era a expectativa dos sujeitos que compunham aquela região, quais foram as continuidades e rupturas que o interior experienciou com a

conflagração da Revolução de 1930. O intuito aqui com essa parte é que os discentes possam ter contato com outras narrativas, percebendo os perigos de uma história única por meio da comparação entre *Diário de Bitita* e o livro didático citado acima. Por fim, examinar o cotidiano da mulher preta interiorana, focando aqui num estudo de caso de Carolina através de sua obra. O propósito aqui é trabalhar personagens negros e o multiculturalismo que deles precedem e que fora deixado de lado nos livros didáticos que tratam sobre a Era Vargas.

Neste capítulo a sequência didática articulada à literatura feita por mulheres negras, tem por finalidade auxiliar os docentes da educação básica a trabalhar a cultura afro-brasileira em sala de aula como objetivo geral, ao passo que a introdução da literatura articulada por mulheres negras possa contribuir com objetivos específicos voltados para questões como raça, classe e gênero, na tentativa de se discutir a marginalização desses sujeitos e como esses eixos quando sobrepostos se tornam complexos para o entendimento da estruturação da identidade negra.

3.1. Proposição Didática- Diário de Bitita na construção de uma narrativa sobre o Brasil

SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Professor (a):	Área: História do Brasil
Tema: Diário de Bitita na construção de uma narrativa sobre o Brasil	Ano Letivo: 2023

Quantidades de aulas:	5 aulas
Tempo estimado:	45 minutos cada aula

CONTEÚDO CURRICULAR FUNDAMENTAL: 9º ANO
--

Unidade Temática:	O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX.
--------------------------	--

Objeto de conhecimento:	A questão da inserção dos negros no período republicano do pós-abolição.
Habilidades da BNCC:	(EF09HI03) Identificar os mecanismos de inserção dos negros na sociedade brasileira pós-abolição e avaliar os seus resultados.

TEMÁTICA 1: Revolução de 1930- (2 AULAS)

OBJETIVO DA AULA	CONTEÚDOS ABORDADOS
O objetivo dessa aula é destacar o cenário político das primeiras décadas do século XX, observando a ascensão de Vargas no período entre 1930-1945, levando em conta as eleições de 1930 que movimentaram os Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Evidenciar a queda de Washington Luís como presidente, a vitória de Júlio Prestes em 1930, e o golpe desencadeado no mesmo ano que levou Vargas ao poder.	<ul style="list-style-type: none"> ● Outras leituras sobre a Abolição (retomada de conteúdos) ● Política Café com Leite. ● Governo Provisório (1930-1943). ● Movimento Constitucionalista (1932). ● Constituição de 1934. ● O governo Constitucionalista de Vargas (1934-1937) ● Intentona Comunista de 1935.

METODOLOGIA DO ENSINO/ DESENVOLVIMENTO DIDÁTICO
<ul style="list-style-type: none"> ● O primeiro objetivo da aula é apresentar aos alunos as diferentes fases da chamada Era Vargas. Para isso será apresentado a eles ocorrências que se sucederam durante o período varguista (fatos esses citados nos conteúdos a serem abordados); ● Em seguida o objetivo é que os discentes desenvolvam um olhar crítico acerca da imagem de Vargas, dos seus feitos e de termos que irão aparecer no decorrer da aula como: nacionalismo, trabalhismo e paternalismo; ● Analisar quais conquistas as mulheres obtiveram, averiguar como o trabalhismo se desenvolveu, investigar a vida social e cultural durante esses anos; ● Por fim, propõe-se como exercício a análise crítica das imagens que o livro didático "História, Sociedade & Cidadania" de Alfredo Boulou Júnior traz sobre a Era Vargas. Examinando quais os principais personagens que aparecem nessas fotos, pensar a qual classe que eles pertencem e qual gênero e raça.

VOCABULÁRIO CONCEITUAL	RECURSOS DIDÁTICOS
-------------------------------	---------------------------

Revolução, Vargas, política, eleições de 1930, Constituição, análise crítica.	Aula expositiva com uso de slides e imagens. Uso do livro didático e textos complementares.
---	---

AVALIAÇÃO SUGERIDA

Análise crítica das imagens do livro didático "História, Sociedade & Cidadania" de Alfredo Boulos Júnior sobre a Era Vargas. A questão a ser debatida é pensar qual o lugar de homens negros, mulheres e camponeses durante o período Vargas. A discussão e dúvidas levantadas serão retomadas para a próxima aula.

TEMÁTICA 2: Revolução de 1930: análise do discurso didático (2 AULAS)

OBJETIVO DA AULA	CONTEÚDOS ABORDADOS
Esta aula tem como objetivo ajudar os discentes a fazerem uma leitura crítica dos textos sobre a Era Vargas que estão inseridos no livro didático "História, Sociedade & Cidadania" de Alfredo Boulos Júnior. O intuito dessa leitura se encontra em implementar na aula o debate entre a turma no que tange a falta de representação negra e feminina na narrativa do livro, descolonizar o pensamento acerca da hierarquia do conhecimento e trazer novas reflexões sobre a memória nacional.	<ul style="list-style-type: none"> ● Retomar a análise das imagens do livro didático do capítulo 08 "A Era Vargas"; ● Verificar nos nomes recorrentes que perpassam o capítulo (analisar o gênero, raça, classe, idade, local de origem); ● Apurar as conquistas políticas do período e ver quais sujeitos desfrutaram dessas mudanças; ● Procurar nos textos se há representações de mulheres, negros e camponeses.

METODOLOGIA DO ENSINO/ DESENVOLVIMENTO DIDÁTICO

- Primeiramente o foco da aula será contextualizar os discentes sobre o que é uma análise crítica;
- Em seguida será discutido com a turma o que significa subalternização e hierarquia dos conhecimentos (pensando aqui acerca do monopólio de fatos e personagens históricos que aparecem no capítulo 08 “A Era Vargas”)
- Em sequência adentrarmos na questão da análise textual em si, fazendo apontamentos da falta representação de raça e gênero na narrativa elaborada para explicar o período varguista;
- Ao final os discentes vão voltar a fazer uma leitura crítica do discurso expresso no capítulo “A Era Vargas” do livro didático, procurando nesse momento se há uma narrativa voltada para o campo;

VOCABULÁRIO CONCEITUAL	RECURSOS DIDÁTICOS
análise de texto; mulheres, negros, camponato; representação.	Quadro; slide; projetor; livro didático e textos complementares.

AVALIAÇÃO SUGERIDA

- A avaliação da aula consiste montar um mapa mental no qual se faz apontamentos acerca da falta de representação social de negros, mulheres e pobres na memória social descrita no livro didático.

TEMÁTICA 3: Era Vargas e seu impacto no camponato (2 AULAS)

OBJETIVO DA AULA	CONTEÚDOS ABORDADOS
-------------------------	----------------------------

<p>O objetivo desta aula primeiramente é fazer os discentes procurarem no capítulo que trata sobre a Era Vargas, discursos proferidos que tratem do mundo rural brasileiro, e se houve impacto da política varguista no campo. O intuito dessa pesquisa é realizar com os alunos a continuação de uma leitura crítica, e buscar os eles as noções de direito que o campo obteve durante o governo de Getúlio.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Relação camponato e Era Vargas; ● Alcance de legislação social no campo; ● Êxodo Rural; ● Autoridades e proprietários rurais.
---	--

METODOLOGIA DO ENSINO/ DESENVOLVIMENTO DIDÁTICO
<ul style="list-style-type: none"> ● No primeiro momento os discentes vão voltar a fazer uma leitura crítica do discurso expresso no capítulo “A Era Vargas” do livro didático, procurando nesse momento se há uma narrativa voltada para o campo; ● No primeiro momento, o objetivo é abordar se houve de fato um vínculo entre as articulações políticas de Vargas e o camponato. Pensar o populismo varguista e se houve alcance no interior do Brasil; ● Posteriormente, analisar os desdobramentos da legislação trabalhista no sentido do campo. Direitos dos trabalhadores urbanos Vs. direitos dos trabalhadores rurais; ● Ao passo que se verifica os direitos trabalhistas dos camponeses, refletir sobre a migração de sujeitos da zona rural para os grandes centros (Êxodo Rural); ● Por fim, analisar a causa do êxodo rural articulado com as adversidades de se encontrar ocupação formal no campo por conta de uma noção tradicionalista das autoridades que comandavam o campo. Trabalhar a noção de preservação do poder tradicionalista do campo. ● Ao final da aula será sugerido um exercício para que os alunos analisem outra narrativa sobre o período de 1930, adentrando assim no discurso que Carolina Maria de Jesus traz em seu livro "Diário de Bitita”, especialmente no capítulo dezesseis chamado “A Revolução” . O livro será retomado na próxima aula. ● Leitura de uma adaptação didática do capítulo 16 “A Revolução” de Carolina

VOCABULÁRIO CONCEITUAL	RECURSOS DIDÁTICOS
<p>Camponato, direitos trabalhistas, êxodo, autoridades tradicionalistas.</p>	<p>Aula expositiva, quadro, slide, projetor, livro didático.</p>

AVALIAÇÃO SUGERIDA

Os alunos deverão se dividir em grupos com no máximo seis pessoas em cada para fazer uma breve pesquisa acerca de textos, imagens, matérias de jornal e outros meios de comunicação, nos quais informam os leitores\pesquisadores sobre os impactos de direitos e identidade de sujeitos camponeses no período varguista. As pesquisas vão ser compartilhadas em sala na próxima aula, para se debater a memória social a respeito da representação dessa população e sua atuação no período varguista.

TEMÁTICA 4. Era Vargas e seu impacto na vida das pessoas negras do campo (2 AULAS)

OBJETIVO DA AULA	CONTEÚDOS ABORDADOS
Tem por finalidade dar continuidade com os alunos a temática da aula anterior, porém aprofundando na questão das relações sociais no campo, na mobilização desses sujeitos em relação às suas próprias ações políticas. Para tal a turma vai utilizar a obra de Carolina M. de Jesus "Diário de Bitita" para se aprofundar nos capítulos: 04 "Ser pobre", 05 "Um pouco de História" e 16 "A Revolução", com o intuito de compreender outra narrativa que traz luz às experiências dos indivíduos que viviam no campo.	<ul style="list-style-type: none">● Relações sociais no campo;● Memórias de Carolina M. de Jesus acerca dos camponeses;● Exclusão e inclusão dos trabalhadores rurais na CLT;● Trabalhadores rurais e seus atos contra patrões;

METODOLOGIA DO ENSINO/ DESENVOLVIMENTO DIDÁTICO

- Introdução da aula: debate a respeito das pesquisas encontradas pelos discentes como forma de retomada da temática da aula;
- Ter um segundo contato com a obra Diário de Bitita. Situar os alunos sobre a narrativa do livro e leitura dos capítulos sugeridos;
- Analisar uma outra narrativa sobre o campesinato das primeiras décadas do século XX;

- Verificar por meio de uma outra narrativa a representação de negros, pobres e mulheres do decurso da Era Vargas;
- Por fim, averiguar por meio dos capítulos sugeridos do Diário de Bitita a relação desses sujeitos com os padrões, e os seus direitos trabalhistas.
(adaptação didática dos capítulos sugeridos)

VOCABULÁRIO CONCEITUAL	RECURSOS DIDÁTICOS
Diário de Bitita, contra-narrativa, representação, CLT, patrão e empregado.	Quadro; aula expositiva; slide; livro didático; livro Diário de Bitita.

AVALIAÇÃO SUGERIDA

O professor deverá separar trechos dos capítulos selecionados em Diário de Bitita para que os alunos possam comparar o discurso proferido no livro didático com o discurso de Carolina M. de Jesus. Por meio da criação de uma cartilha, ampliar o repertório acerca do período Vargas, desenvolvendo assim reivindicações no que se refere ao discurso que se encontra no capítulo 08 do livro didático.

TEMÁTICA 5. Era Vargas e o cotidiano da mulher negra (2 AULAS)

OBJETIVO DA AULA	CONTEÚDOS ABORDADOS
Essa última aula tem como objetivo utilizar de todo conhecimento adquirido nas aulas anteriores para refletir aqui as vivências de mulheres negras do interior do Brasil por meio do discurso que Carolina M. de Jesus expõe em Diário de Bitita. Por meio dos capítulos já sugeridos e lidos pelos alunos, será aberto um debate acerca da relação entre classes sociais, o trabalho que era voltado para mulheres negras camponesas, a relação familiar dos negros e por fim, o vínculo da cidade com sujeitos negros durante o período varguista.	<ul style="list-style-type: none"> • Leitura de capítulos selecionados de Diário de Bitita; • Entender a biografia de Carolina M. de Jesus; • As experiências de Carolina com o trabalho e vida no campo; • O que é contra-narrativa; • A contra-narrativa de Carolina sobre o sentimento das mulheres do mundo rural acerca do governo de Vargas.

METODOLOGIA DO ENSINO/ DESENVOLVIMENTO DIDÁTICO

- Primeiramente os alunos vão ler trechos selecionados pelo professor dos capítulos que os mesmos já tiveram contato anteriormente para analisar a juventude da autora Carolina M. de Jesus;
- Logo após, os discentes vão averiguar e compreender uma narrativa que trata sobre as experiências campesinas de negros, mulheres e pobres durante o governo de Getúlio Vargas;
- Aprender sobre os alcances e limites que mulheres negras e pobres detinham ao trabalhar no interior do país no âmbito das leis trabalhistas de Vargas;
- Entender o que significa uma contra-narrativa;
- Por fim, analisar uma contra-narrativa no que diz respeito à relação de sujeitos pobres e negros com o ambiente rural no regime econômico e socio-cultural varguista.

VOCABULÁRIO CONCEITUAL	RECURSOS DIDÁTICOS
Diário de Bitita, contra-narrativa, negros, mulheres, pobres, Carolina M. de Jesus, rural.	Quadro; aula expositiva; slide; livro didático; livro Diário de Bitita.

AVALIAÇÃO SUGERIDA

O docente ao final dessa sequência didática deve auxiliar os alunos a se dividirem novamente em grupos, posteriormente ajudá-los na confecção de diários onde vão desenvolver suas próprias narrativas acerca da memória social no que tange a correlação entre as Era Vargas no mundo rural. Nesses diários o docente vai orientar os alunos a se colocarem no lugar das mulheres negras, e desenvolverem um discurso que demonstra não só os impactos desses dois universos por meio das experiências dessas mulheres, mas também os direitos e as relações sociais que foram estabelecidos no campo. Isso usando o livro Diário de Bitita como amparo de análise. Após a confecção dos diários, eles podem ser expostos na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo fazer uma análise interseccional da narrativa desenvolvida por Carolina Maria de Jesus em *Diário de Bitita*. Percebe-se na obra, uma descrição etnico-racial do discurso composto pela escritora ao tratar tanto de suas experiências pessoais, quanto das vivências dos habitantes da cidade de Sacramento.

Partindo de uma perspectiva analítica do conceito interseccionalidade, foi testemunhado que existe uma ausência no que se refere a mulheres negras como personagens que contam suas próprias histórias. Posto isso, o *Diário de Bitita* pode ser observado como espaço de fala de uma voz marginalizada, onde Carolina faz apontamentos das áreas de raça, gênero, classe e ocupação profissional, nos quais resultaram no contexto social que a autora foi exposta durante sua juventude.

Investindo em um mapeamento do diagnóstico interseccional da obra, presenciamos também através das memórias de Carolina, a realidade social de sujeitos negros das década entre 1920 a 1940, estabelecendo dessa forma uma conversação entre literatura e história. Visto isso, destacamos que *Diário de Bitita* adquire reflexões no que concerne o retrato do cotidiano de um Brasil pós-abolição, trajado por uma seleção de fatos que intencionalmente foram escolhidos por Carolina para podermos ter uma visão do arquipélago histórico brasileiro que traçou o espaço subalterno que a oprimia por ser mulher negra e pobre.

Ao esquematizar o livro de forma que conseguimos vislumbrar a interseccionalidade das opressões, o trabalho foi capaz de colocar um outro olhar na história do Brasil, posicionando no centro do debate a escrita marginalizada de uma mulher negra e semi-alfabetizada, mas que afrontou padrões sócio-culturais com sua linguagem que performou sua identidade racial.

Com essas reflexões e denúncias descritas em *Diário de Bitita*, vemos que Carolina Maria de Jesus compôs uma contra-narrativa acerca das desigualdades sociais que os negros, mulheres e pobres perpassaram no processo de pós-abolição até a chegada do governo de Vargas. Por esse motivo, desenvolvemos uma proposição didática, na qual pode ser trabalhada em sala de aula a relação do Estado com a comunidade negra brasileira, suas representações na memória social e as continuidades e rupturas acerca das políticas que os cercam.

O potencial didático que se insere na obra de Carolina tem como possibilidade usar sua narrativa como fonte para se ter outra ótica no que concerne o conhecimento do passado histórico do Brasil pautado em interlocuções acerca de estudos afro-brasileiros. A literatura

constituída pela autora e analisada nesta monografia, proporciona o uso da obra como recurso para investigar e reconhecer a ausência de produções desenvolvidas por mulheres, ao passo que promove trazer à tona a representação daqueles sujeitos que são colocados à margem da sociedade.

Quando o ambiente escolar é direcionado pelos documentos curriculares que estabelecem a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", por meio da implementação das leis 10.639/003 e 11.645/008, a literatura memorialista processada por Carolina, se torna recurso pedagógico para além dos livros didáticos no qual beneficia a educação formal no que tange problemáticas que circundam os debates sobre clivagens sociais e legitimação da história de mulheres e negros por meio da investigação documental.

Por fim, quando consideramos fazer uma análise contra-hegemônica do discurso proferido em Diário de Bitita, acabamos por levar em conta também que essa escrita literária possui uma fórmula para legitimar o processo de formação de docentes numa perspectiva decolonial. Esse processo se dá por meio de dispositivos de conhecimento trazidos por professores (as), que vão considerar novas epistemologias acerca de saberes sobre a história do Brasil. Assim, o uso da obra de Carolina na educação básica possibilita o rompimento de uma hegemonia da aprendizagem que visa saberes únicos e universais. À medida que isso ocorre, as práticas pedagógicas decoloniais vão auxiliar o docente a trabalhar com os alunos a falha da história única e posteriormente refletir acerca dos saberes locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARTIÈRES, Philippe. "Arquivar a própria vida." *Revista estudos históricos* 11.21 (1998): 9-34.

CARNEIRO, Sueli. "Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero." *Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora* 49 (2003): 49-58.

COLLINS, Patricia Hill, and Sirma Bilge. *Interseccionalidade*. Boitempo Editorial, 2021.

COLLINS, Patrícia Hill; **DE SOUZA**, Carina Jéssica; **NASCIMENTO**, Elisa Duarte. A diferença que o poder faz: interseccionalidade e democracia participativa. *Sociologias Plurais*, 2022, 8.1.

Pereira, Edimilson de Almeida. "Panorama da literatura afro-brasileira." *Callaloo* (1995): 1035-1040.

PEREIRA, Bergman de Paula. "De escravas a empregadas domésticas-A dimensão social e o " lugar" das mulheres negras no pós-abolição." *Anais do Encontro da ANPUH* (2011).

SOUSA, Cleusa Teixeira; **DE NORONHA**, Gilberto César. A cultura afro-brasileira: apresentada nas aulas de História do Ensino Médio articulada à obra Diário de Bitita. *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades-Rev. Pemo*, 2021, 3.2: e324429-e324429.

DORNELES, Dionia Eli, and Patrícia Montanari Giraldi. "Diálogos inspirados em Carolina Maria de Jesus: decolonialidade na formação de professoras (es) de ciências." *Revista Educação, Cultura e Sociedade* 9.2 (2019).

FERNANDEZ, Raffaella Andréa. Vários "Prólogos" para um Journal de Bitita/Diário de Bitita ou Por que editar Carolina?. *Scripta*, 2014, 18.35: 285-292.

FREITAS, L. D. S. L. (2021). Entre literatura e história: travessias migratórias, afro-diaspóricas e identitárias em Diário de Bitita de Carolina de Jesus.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

HIRATA, Helena. "Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais." *Tempo social* 26 (2014): 61-73.

KERGOAT, Danièle. "Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais." *Novos estudos CEBRAP* (2010): 93-103.

MIRANDA, Fernanda R. "Diário de Bitita" ou "Um Brasil para os brasileiros": pós-abolição e narrativas em Carolina Maria de Jesus/"Diário de Bitita" or "A Brazil for Brazilians": Post-abolition and narrative in Carolina Maria de Jesus." *Revista Athena* 17.2 (2019).

NEVES JUNIOR, Romildo Rodrigues. "Identidade e memória em Diário de Bitita, de Carolina Maria de Jesus: uma "história contada" acerca dos anos de 1920 a 1940, no interior do Brasil." (2019).

OLIVEIRA, Rosana Medeiros de. "Descolonizar os livros didáticos: raça, gênero e colonialidade nos livros de educação do campo." *Revista Brasileira de Educação* 22 (2017): 11-33

PEDROTTI, Jacopo. "Questões de raça, gênero e classe na tradução de Diário de Bitita, de Carolina Maria de Jesus." (2021).

SANTOS, Zuleika Virgílio dos. O desafio de Carolina Maria de Jesus: da invisibilidade à escritora de Quarto de Despejo e Diário de Bitita. 2014.

SOARES, Alexandro Rosa. A dialética da marginalidade no Diário de Bitita: a voz e a vez de uma precursora. In: *TES*. p. 24.

SOUTO, Amanda Moura; **FREITAS**, Matheus Silva. Uma narrativa do Brasil nas memórias e temporalidades das experiências negras no "Diário de Bitita"(1986). *Temáticas*, 2022, 30.59: 165-192.

VAREJÃO, Adriana, et al. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2020.

OBRAS DE CAROLINA MARIA DE JESUS ANALISADAS:

Quarto de despejo: diário de uma favelada. Organização e apresentação de Audálio Dantas. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1960. (Memórias).

Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada. São Paulo: Livraria Francisco Alves: Editora Paulo de Azevedo Ltda., 1961. (Memórias).

Pedaços da fome. Prefácio de Eduardo de Oliveira. São Paulo: Águila, 1963. (Memórias).

Diário de Bitita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.